

"O homem de Areia" na tela

Um filme sobre a
saga nordestina e sua
condição humana



A TAR
14 DE ABRIL
NO CINEMA I

CENAS EXPLÍCITAS
DE DEMAGOGIA,
CACIQUISMO,
GOLPE, REVOLUÇÃO

Não deixe de ver o filme **O homem de areia**, do professor
Wladimir de Carvalho, sobre a Revolução de 30. Pág. 10

Professores:
como anda
o acordo

(página 3)

Campus

Jornal do Departamento
de Comunicação da UnB

Nº 47

Primeira quinzena

abril de 1983

A partir desta edição
O Campus passa a
contar com
uma página de **Ciência**.
A idéia é valorizar o
trabalho paciente e
muitas vezes anônimo
dos pesquisadores
da UnB. O bio-digestor
inaugura a cobertura
científica na pág. 11



**Deu Semear na
cabeça. É o DCE
que volta à
ativa na UnB**

(Páginas 4, 6 e 7)

**PMDB reafirma:
abertura não
comporta LSN**

Com o aval do Governo, o
Congresso revê a LSN. O Campus
colheu várias opiniões. Dentre
elas a do advogado Nicanor
Noronha, assessor do PMDB (foto
ao lado), para quem a lei é
anti-jurídica. Veja também na
pág. 9, a ideologia da LSN.



Cercada de inimigos por todos os lados
e com sérios problemas internos, a
Nicarágua está alertando o mundo para
a invasão americana (pág. 8)

Aquilo que já é bom, pode ser ainda melhor

Murilo Cesar Ramos (*)

O Campus volta a circular. Este será o segundo semestre de uma experiência que deu certo, a experiência de implantar no Departamento de Comunicação um jornal-laboratório quinzenal capaz de dar uma prática crítica e eficiente aos alunos de jornalismo. Volta o Campus com uma equipe quase toda renovada, mas com a mesma disposição de servir a comunidade na qual circula.

Coincide a volta do Campus com a divulgação de pesquisa feita pela Editora Abril, publicada na revista *Playboy*, que aponta os melhores cursos universitários do país. Dos cursos da Universidade de Brasília aparecem entre os melhores os de Arquitetura, Geologia, Economia e Psicologia. Para nosso justo orgulho, entre os cursos de Comunicação figuramos em terceiro lugar na pesquisa, tanto a nível de graduação quanto de pós-graduação. Não estamos, porém, por demais preocupados com nossa colocação na pesquisa, apesar do orgulho acima declarado. Na verdade, achamos sem falsa modéstia, que até mereceríamos colocação melhor. Porém, a questão não é brigar por posição nesta pesquisa anual que a Abril vem realizando. A questão é continuar nossa luta pela melhoria dos nossos cursos, garantindo à Comunicação lugar de destaque no ensino superior brasileiro.

Se os entrevistados pela revista *Playboy* elogiaram a qualidade do nosso curso é porque os alunos que formamos conseguem daqui sair, em sua maioria, preparados adequadamente para a prática profissional. O problema é que esses formando poderiam receber uma educação ainda melhor, caso fôssemos contemplados com condições ideais de funcionamento no que concerne aos laboratórios de que necessitamos, mas de que ainda não dispomos totalmente. Ressalte-se que pertencemos a uma Universidade tida como bem aparelhada em termos de instalações físicas e recursos materiais.

O que pretendemos, pois, é insistir na necessidade de sermos reequipados com os recursos laboratoriais que fariam dos nossos alunos, profissionais, estudiosos e pesquisadores ainda mais habilitados e competentes do que hoje. Resta muito espaço para eficientizarmos o nosso ensino, a nossa pesquisa, a nossa prática profissional.

Vejam o caso do Campus. Nosso jornal-laboratório existe há cerca de 12 anos. Teve fases mais e menos heróicas, teve momentos de grandeza, teve períodos menos felizes, tudo isso sem nunca deixar de circular. Mas só agora ele atinge uma fase que consideramos próxima do ideal em termos do que pode e deve ser um jornal-laboratório. Temos uma estrutura organizada, temos a garantia da periodicidade e temos uma vontade enorme de acertar. Isso aconteceu não por acaso. Aconteceu porque os alunos deliberaram fazer um projeto de jornal nos moldes do que hoje é o Campus, tendo o projeto recebido apoio, primeiro do Departamento, e depois da própria administração superior da UnB.

O que ocorreu com o Campus pode e deve ocorrer nas demais áreas. Precisamos reequipar nossos laboratórios de rádio, de televisão, de cinema. Dispomos hoje de equipamentos antiquíssimos, alguns já obsoletos. Carecemos das condições ideais de funcionamento nas demais áreas do nosso curso, aí incluindo também os laboratórios de Publicidade e de Relações Públicas.

Evidentemente, não é a falta de condições que nos faz esmorecer. Tivéssemos esmorecido e não estaríamos na vanguarda do ensino de Comunicação no Brasil. As dificuldades são para nós grande desafio pois nos estimulam a criatividade. Apenas achamos necessário reivindicar melhores condições para o ensino que ministramos, para a prática que fazemos, para a pesquisa que realizamos. Nosso ensino, nossa prática, nossa pesquisa estão intimamente ligados ao uso dos meios de Comunicação, à existência de condições laboratoriais das quais este Campus é apenas um exemplo. Estamos sempre dispostos ao trabalho. Que a direção da Universidade de Brasília nos habilite a tornar ainda mais eficiente nosso trabalho.

(*) O professor Murilo Cesar Ramos é Editor-chefe do Campus, e Chefe do Departamento de Comunicação, em exercício

MURO

Luta do voto, luta do Campus

O Campus reinicia suas atividades com uma carga maior de responsabilidade, pois se trata agora de consolidar o trabalho pioneiro realizado com muito sucesso por alunos do Departamento de Comunicação no semestre passado. Quis o destino que o primeiro número desta nova etapa circulasse exatamente na semana em que Brasília comemora o seu 23º aniversário e no momento em que toda a comunidade brasileira discute a sua representação política. Mais uma vez o Campus não se mostra indiferente aos anseios da população e volta a reafirmar o seu propósito de lutar para que os candangos exerçam o seu direito de voto. Portanto, a luta pelo voto no DF é uma bandeira nossa que continua desfraldada.

(A Redação)



Antes tarde do que nunca

Nunca é demais lembrar que no próximo dia 21 de abril além do feriado pelo aniversário da cidade se comemora também a data da execução de Tiradentes, o homem que lutou pela liberdade do Brasil. Agora a luta é pela liberdade no Brasil. Por esse motivo é que em São Paulo neste mesmo dia haverá um julgamento simulado, presidido pelo ex-senador Teotônio Vilela, e que terá sentada no banco dos réus, nada mais nada menos que a Lei de Segurança Nacional. E isso mesmo. Afinal, "Libertas quae sera tamen" é uma frase que não perdeu atualidade. Infelizmente. (James Gama)

Verde pra ver-te sempre verde

A ecologia ainda é tratada, no Brasil, ora com displicência, ora com tolerância paternalista. Talvez desinformados de sua profunda implicação ideológica, os usuários do bandeirão da UnB não se têm mostrado especialmente cordatos com ela, haja vista as centenas de copinhos de café (não bio-degradáveis, colegas) misturados diariamente aos gramados e árvores do Campus ou boiando irresponsavelmente entre os peixes do lago do restaurante. Não há lixeiras suficientes, é verdade. Mas, se houvesse, a gente usaria? Claro, há batalhas mais urgentes e com retorno mais

imediato para as vanguardas, mas nem por isso deve-se ignorar essa porcaria que faz gosto e esse desprezo insultante à Natureza dentro da Universidade. Que tal botarmos mais lixeiras no Campus, especialmente no bandeirão? E, camaradas, que tal usá-las? (William Santiago)



As lições de São Paulo

Os últimos distúrbios ocorridos em São Paulo, deixaram a população brasileira de respiração presa. De repente, viu-se que a situação de desemprego no país não está presente apenas nos discursos dos representantes dos partidos de oposição. A política sócio-econômica do Brasil encontra-se desgovernada e só quem não quer enxergar é que não percebe que a situação está catastrófica. Os que recebem salário mínimo ou vivem de biscates que o digam. É preciso que os dirigentes do país deixem cair suas máscaras e deem a mão à palmatória. Nós não estamos mais em 1973. (Luiza Modesto)



Dar voz a quem não tem vez

Volta o Campus ao circuito universitário. Alguns calos. Na Editoria Internacional os calos são as altas fontes com seu comportamento mais ou menos previsível: recusar a dar informações. Abriremos espaço para o que chamam "tercer mundo", "países pobres", ou "países do sul" (na tentativa de diálogo Norte-Sul). Primeiro porque a imprensa é farta em falar dos países líderes e depois os próprios pequenos países estão mais dispostos a falar e a mostrar seu ponto de vista a um pequeno jornal como o Campus. O comportamento das fontes não é um limite mas uma boa sugestão: se os grandes estão tão indispostos a falar, por que insistir? Vamos

aos pequenos países. Eles falam, e tem mais o que dizer além das justificativas-chavões dos países ricos.

A Editoria Internacional dará maior destaque a quem tem alguma coisa nova a dizer ou de quem é pouco ouvido (lido) na barulheira enorme da grande imprensa internacional. (James Allen — Editor da Internacional)



A imprensa na berlinda

"Este não é um país sério". A grande imprensa brasileira reforça e assina em baixo, esta expressão usada por um importante estadista francês. Quem vem acompanhando a cobertura que ela tem dado à atuação dos deputados Agnaldo Timóteo e Mario Juruna pode facilmente se convencer. É só observar o tom pitoresco e jocoso das matérias. Dois deputados eleitos pelo povo e com margem de votos considerada invejável até pelos mais experientes políticos deveriam ser levados mais a sério pela imprensa. Afinal, eles na certa devem ter propostas políticas sérias e consequentes a apresentar. (Pascon)

Campus

Jornal-laboratório do Departamento de Comunicação da UnB.

Editor-chefe: Prof. Murilo Cesar Ramos.
Chefe de Reportagem: Prof. Carlos Augusto Setti.
Editores: Nelson Luiz (UnB), Eugênia Maria (Comunidade), James Gama (Nacional), James Allen (Internacional e Ciência), Maria Luiza (Cultura).

Redação: Cristina Gutemberg Lima Silva, Humberto Martins Pereira, Idelson Santos, Ieda Prestes, Ilara Viotti, Jânio Carlos, Luciene Rosa de Assis, Luiz Roberto Nader, Luiza Modesto, Marcelo Gonçalves Vieira, Marcelo Villares Coelho, Márcia Fernandes, Paulenir Constância, Pedro Sérgio Coe, Rosalina Rocha, Sandra Fernandes, Sheila Perru, William Santiago.

Diagramação: Ailton Maia Supervisão: Prof. Milton Ribeiro. Ilustrações: Bartô.



A participação dos professores foi decisiva para a vitória

Acordo sai, mas ADUnB se previne

Em razão do rompimento do acordo de 3 de dezembro de 1982, por parte da Reitoria, os professores da UnB decretaram greve geral, ou como coloca o Boletim nº 26 da ADUnB, «retomaram» a greve do semestre passado. Ela começou dia 15 de março, antes mesmo do reinício das aulas e foi só com a assinatura de um novo acordo que os professores concordaram com a volta às atividades, dia 29, após uma paralisação de duas semanas.

Do lado dos docentes, tendo em vista a ruptura das negociações já ocorrida uma vez, há otimismo mesclado com precaução. O otimismo se explica pela mobilização crescente da categoria dentro da UnB. Segundo o secretário da Associação, professor Pedro Murrieta, não há como negar o aumento da participação dos professores na luta pela democratização da Universidade, da qual o acordo é apenas um dos passos iniciais.

«O que se quer mesmo é uma UnB aberta, mais representativa», afirma o professor Antonio Ibañez, presidente da ADUnB. E exemplifica: «Não podemos



Ibañez se mantém com um pé atrás

aceitar que certas iniciativas dentro da UnB, como o convênio da teleeducação com a Globo ou o caso da acusação de plágio que sofreu a professora Maria Artemisia Hermans, só venham a ser conhecidos por nós através da imprensa».

CAUTELA

Com relação ao acordo propriamente dito, nota-se discreta cautela. É a velha es-

tória: gato escaldado tem medo de água fria. Segundo o presidente da ADUnB, os professores não temem um novo rompimento, «mas estão atentos a qualquer atitude que possa ir contra seus interesses». Para isso já existe até uma comissão com a tarefa específica de acompanhar o cumprimento do acordo.

Em compensação, no que toca aos trabalhos da Comissão de Enquadramento, não há o que duvidar. Pelo menos é o que afirma o presidente da comissão, o vice-reitor Luis Otávio de Sousa Carmo: «Os trabalhos transcorrem em perfeita harmonia, já com duas reuniões realizadas, uma a 30 de março e a outra a 8 de abril». O Vice-reitor acrescentou que todos os processos de enquadramento, para os quais existiam pareceres preliminares, já foram distribuídos. Além disto, reuniões extraordinárias serão realizadas, para se compensar o atraso com que foram iniciadas as atividades da comissão. Desta forma, ele acredita que na data acordada de 30 de abril haverá uma resposta para os pedidos apresentados até o dia 3 de dezembro. (Willian Santiago)



Comunidade de Nova Xavantina aguarda o início das atividades

UnB não mostra bom resultado no projeto do Campus Avançado

A Universidade de Brasília conta com uma experiência de 12 anos em Campus Avançado, mas ainda não encontrou um fio condutor de suas atividades, integrando suas experiências e proporcionando maior ajuda à comunidade. Um exemplo disso é o Campus Avançado da UnB em Nova Xavantina, Mato Grosso do Sul, que ainda não desenvolveu nenhuma atividade local desde a sua implantação.

As críticas pela inoperância do Campus se reproduzem de parte a parte. De um lado, o Grupo de Tarefa Universitária (GTU), entidade responsável pelo Campus, acusa a Universidade de desinteressada e sem vocação para este tipo de trabalho. Do outro lado, a Administração Central da UnB se defende e diz que falta competência e interesse da parte das pessoas envolvidas no projeto.

O Campus Avançado de Nova Xavantina é fruto de um convênio entre a UnB e o CNPq, sob a coordenação da professora Sueli Franco Netto Gonzales, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. O projeto contou ainda com total apoio dos habitantes da cidade que chegaram mesmo a exigir, através de um abaixo-assinado, a sua formação.

Segundo a professora Norma Castilho Paixão, coordenadora do GTU, as atividades do Campus ainda não começaram porque primeiro é preciso fazer um levantamento das necessidades da comunidade local e depois uma programação que evite falhas passadas, como por exemplo, a descontinuidade das atividades que havia no Campus de Barra do Garça.

CRÍTICAS

A professora critica ainda a falta de interesse da universidade nos projetos de Campus Avançado, cujas atividades, no seu entender, deveriam ser mais dinâmicas e compensadoras. O vice-reitor Luis Otávio Sousa Carmo concorda com as críticas, mas considera que deveriam ser dirigidas não apenas à Administração Central, mas, também, aos professores e estudantes.

De acordo com a coordenadora do GTU, a Administração da UnB precisa divulgar melhor as possi-

bilidades do Campus Avançado, despertando o interesse da comunidade universitária para suas realizações. Ela entende que «a experiência do Campus ajuda a resolver o problema de interiorização dos novos profissionais, que precisam conhecer o interior do Brasil e não ficar presos apenas às grandes cidades».

O vice-reitor Luis Otávio se mostrou bastante interessado no problema, mas considera que esta não é uma questão meramente de divulgação. E afirmou que «importa menos o número de participantes, mas sim a competência e pessoas realmente interessadas em desenvolver um bom trabalho».

PROBLEMAS

Tanto o Vice-Reitor como a Coordenadora do GTU concordam que há muitos empecilhos para efetivar realmente o Campus Avançado. Em primeiro lugar, suas atividades são incompatíveis com a atual estrutura da Universidade na qual é indispensável a presença do aluno em sala de aula. Para a professora Norma Castilho Paixão o Decanato de Assuntos Acadêmicos deveria fazer um estudo do calendário escolar a fim de resolver ou atenuar esse problema, principalmente para os estudantes em final de curso. O outro problema é a falta de pessoas disponíveis. Até mesmo as fortes chuvas que caem na região foram citadas como impedimento para se chegar a Nova Xavantina, distante quatro horas de Barra do Garça.

A principal barreira à transformação do Campus Avançado em um lugar onde estudantes e professores possam pôr em prática suas teorias e desenvolver trabalhos integrados à comunidade, no entanto, é a vocação da UnB. Para a coordenadora do GTU, a Universidade está voltada para pesquisa pura, ficando muitas vezes restrita aos laboratórios. É certo, por outro lado, que houve mudanças a partir de 1980. Elas, porém, não sanaram o problema. Enquanto isso, o GTU vê suas atividades prejudicadas, a UnB perde uma grande oportunidade como instituição de ensino e pesquisa e a população de Nova Xavantina vê com tristeza todo o seu esforço esquecido e a esperança de um apoio adiada. (Rosalina Machado)

Serviços bons. Convívio frio

Fazer cabelo e barba na UnB não é problema. Comprar livros, revistas, jornais, material de papeleria, material fotográfico, utilizar-se dos correios e telefones, colocar a roupa na lavanderia, consertar calçados, ir ao Banco do Brasil, também não é.

A exploração desses serviços é cedida a firmas particulares mediante concorrência pública, na qual fica estabelecido que o preço cobrado deve ser dez por cento mais barato que os preços vigentes na praça. Os funcionários contam com a Cooperativa para fornecimento de gêneros alimentícios, que mediante o pagamento de uma taxa são entregues em casa.

A Biblioteca, o Centro Desportivo, o Alojamento Estu-

antil, o Restaurante, a Associação Atlética, o Grupo de Dança Moderna, Perdidos e Achados e atividades eventuais, são geridos com recursos próprios da Fundação Universidade de Brasília. A melhor maneira de utilizá-los está descrita no «Manual do Aluno de Graduação», distribuído pela DAA aos alunos.

POUCA INTEGRAÇÃO

Dotado, enfim, de uma infraestrutura de abastecimento e prestação de serviços já bem complexa, o campus da UnB pode ser considerado como estando apto a receber as 12 mil pessoas que nele circulam todos os dias às voltas com o conhecimento. É curioso, no entanto, notar que a integração dessa comunidade deixa muito a desejar.

Várias reivindicações já foram feitas no sentido da criação de um Centro de Vivência, de um Centro de Pesquisa, de uma creche. Isso para citar alguns exemplos que constam em cartas-programas de chapas que concorreram às eleições do DCE, e que certamente contribuiriam para dar maior dinamismo nas relações acadêmicas. Ajudariam também a quebrar a frieza do convívio universitário, frequentemente criticada na UnB, fruto da estrutura desagregadora do ensino brasileiro. Quando isso ocorrer, andar pelo campus não será simplesmente percorrer distâncias quilométricas, mas também deparar-se com a manifestação do conhecimento em vários níveis. (Pedro Sérgio)

RESENHA

Desenho

Com um prêmio de um milhão e quinhentos mil cruzeiros, para o primeiro colocado o CNPq junto com o Núcleo de Desenho Industrial do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, estão promovendo o III Concurso Nacional de Desenho Industrial. Os segundo e terceiro lugares receberão, respectivamente, 500 mil e 300 mil cruzeiros. Do Prêmio de Desenho Industrial Aloísio Magalhães podem participar profissionais e estudantes das carreiras de Engenharia, Desenho Industrial, Arquitetura e os inventores por natureza. Os trabalhos devem ser enviados para INDI/CIESP — Viaduto Dona Paulina, nº 80, 13º andar, CEP. 01595, São Paulo — S.P., até 31 de agosto de 1983. Informações pelo fone: 239-0522 - Ramal/23 (São Paulo). Os premiados receberão recomendação para bolsas de aperfeiçoamento a nível nacional e internacional.

Antropologia

O Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia da Universidade Católica de Goiás, com o apoio da CAPES, está organizando o Curso de Especialização em Antropologia. Serão aceitas as inscrições que chegarem até 30 de maio no endereço: Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia — Universidade Católica de Goiás — Cx. Postal 86, CEP. 74000, Goiânia - GO, ou pelo (062) 225-1188.

Geologia

A XI Semana da Geologia será comemorada em cinco dias de debates sobre o Projeto Carajás. Dia 2 de maio, às 9 horas da manhã, o tema "Carajás: aspectos político-econômicos" será discutido em mesa redonda. A mesma apreciação será dada a "Carajás: impactos sócio-ambientais" dia 03 de maio, no mesmo horário. Paulo Freire, representando a Universidade Estadual de Campinas e Darci Arcossi, da Universidade Católica de Goiás, estarão presentes no terceiro dia, discutindo o tema "Universidade em Debate". A Questão Nuclear e o Mercado de Trabalho para o Geólogo também estarão em questão nos dias 5 e 6, respectivamente. A participação é aberta a alunos do Departamento de Geociências e/ou profissionais e mesas redondas serão no anfitrião 09, no ICC-Sul.

Extensão

Ainda dentro da XI Semana da Geologia serão promovidos cursos de extensão sobre Recursos minerais do Centro-Oeste, Geologia, Rochas Carbonatadas, Geologia aplicada à Engenharia, Metalogênese do Pré-cambriano de Goiás e Economia Mineral. Os cursos serão ministrados no período de 02 a 06 de maio das 14 às 18 horas, exceção feita ao curso "Recursos Minerais do Centro-Oeste", que acontecerá das 19 às 23 horas. O local das aulas será o Departamento de Geociências da UnB.

Música

Este semestre a programação do Departamento de Artes da UnB está proporcionando aos amantes

da música, além do já tradicional "Concerto Semanal", a apresentação de filmes relacionados com temas musicais. Essa novidade teve início dia 26 de março, na sala de audição em grupo da Biblioteca Central da UnB, e terá prosseguimento sempre às sextas-feiras, às 8:30 da manhã.

Quanto aos concertos, acontecem toda quinta-feira às 11 horas, no Auditório da Música. A cada semana pode-se apreciar um gênero musical diferente com a participação inclusive, de artistas de outras regiões do Brasil.

Bolsas

Atenção: alunos interessados em bolsa de trabalho, da área de Administração e Ciências Contábeis: O DAC/MTR está oferecendo bolsas de estágio.

Civil

No Departamento de Engenharia Civil as inscrições ainda não foram abertas para os interessados no curso "Análise numérica para engenheiros", que começa no dia 15 de agosto e termina no último dia de novembro. Quem quiser fazer o curso deve ficar de olho para não perder o período das inscrições. Informações no próprio departamento ou pelo telefone 272-0000, ramal 2301.

Seminários

O Decanato de Extensão programou, também para este ano, seis seminários e um curso especiais. Serão debatidos temas de interesse no "Seminário sobre Getúlio Vargas", numa comemoração aos cem anos de seu nascimento; "Seminário sobre Kafka" e o bi-centenário de Simon Bolívar. Com um século de história, Ortega y Gasset também será homenageado em seminário. A Roma clássica, a cristã, a renascentista, a moderna, serão discutidas no seminário. "As quatro Romas". O curso especial de extensão de "Introdução às Humanidades" abrangerá as áreas de Filosofia, História, Política, Religião e Ciências. Todos estes eventos terão lugar no auditório da Reitoria da UnB, com datas ainda sem definição. Informações no Decanato de Extensão ou pelo fone 272-4355.

Voto

Terá lugar no auditório da Reitoria o "Seminário sobre o Voto Distrital". Dia 26 de abril começa a discussão, às 9 horas, com o tema "O Voto Distrital em outros países". (República Federal da Alemanha, França, EUA, Canadá). O segundo dia do seminário será aberto com "O sistema eleitoral brasileiro e o projeto do voto distrital". Dia 28 de abril, "O projeto do Governo sobre o voto distrital" também estará em questão. Informações no Decanato de Extensão da UnB.

Fim das aulas

De acordo com o ato 121/83, de 21 de março, assinado pelo Reitor, o período letivo se prolongará até 25 de julho, em virtude do atraso no reinício das aulas. O "pique" será interrompido entre os dias 8 e 15/07 para a realização do vestibular.

O que foi ou não semeado em um ano de muitas lutas

A diretoria que esteve à frente do Diretório Central de Estudantes da UnB até a última quarta-feira, dia 19, viveu momentos de grande importância dentro do movimento estudantil na Universidade. Sem ter a intenção de comparar a sua atuação com as de outras gestões anteriores, é necessário observar que essa diretoria (mais em função do resultado de lutas que já vinham se desenvolvendo há muito tempo do que, especificamente, por seu desempenho) esteve no comando de significativas disputas políticas na Universidade.

Não se trata, por outro lado, de afirmar, como fazem algumas tendências, que a diretoria passada foi simplesmente empurrada para encampar as lutas exigidas pelo movimento estudantil como um todo. Seria exagero. Ela teve também um papel de liderança e em diversas vezes promoveu discussões fundamentais.

Com toda a certeza a greve do ano passado foi o principal teste por que passou a diretoria do DCE. Em uma conjuntura como aquela seria impossível sair ilesa. E a diretoria não saiu. No início do movimento, foi acusada de tentar barrar a deflagração de uma greve geral, e de só apoiá-la pressionada pela massa. O DCE foi muito cauteloso, quando muitos queriam a greve geral imediatamente. Não foi exatamente um erro. As discussões departamentais anteriores à assembleia que votou pela greve geral (assembleia dos 5 mil) foram muito importantes para uma maior conscientização a respeito do movimento. Decisões como esta no entanto, são fruto ex-

clusivo da vontade da diretoria, pois passam em Assembleia Geral, mas o DCE, no comando da mesa, influuiu de maneira decisiva.

MANOBRISMO?

Nesse ponto se alinhava outra crítica séria à atuação do Diretório. Zeke Beze, o presidente, e Flávio Montiel, o secretário, foram, em todas as assembleias do ano passado, chamados por alguns setores de "manobristas" e "pelegos". "Manobristas" por tentarem fazer passar todas as suas propostas usando sua influência na mesa e dirigindo, com a parcela mais conservadora da assembleia, o encaminhamento dos trabalhos. "Pelegos" por tentarem aprovar propostas, que segundo a ala mais vanguardista do movimento, não atendiam a contento às reivindicações estudantis.

Para muitos, o movimento perdeu a oportunidade de obter maiores ganhos, "Só conseguimos representação nos órgãos colegiados com direito à voz e por um ano", declarou Fernando Trindade, diretor de cultura da UNE, ao Campus. Alcinda Godói, presidente do CA da Medicina, afirmou que "algumas vitórias foram conseguidas, mas poderíamos ter avançado muito mais na discussão política dentro da UnB". A disputa interna durante a greve foi intensa e tanto a atuação do DCE, como a crítica dos seus adversários foram influenciadas fortemente pelo fato de que a tendência que fizesse passar as suas posições durante a greve saíria amplamente fortalecida para as eleições dos dias 13 e 14 últimos.

PROCESSOS

A greve, apesar da sua re-

levância, não foi tudo. Durante a gestão passada foi realizado o II Fórum de Debates da UnB, promovido pelo DCE e a ADUnB, com resultados valiosos para um maior conhecimento da Universidade. Além disso, no último semestre de 1981, ocorreu o protesto contra a vinda de Henry Kissinger à UnB, o que rendeu 30 processos instaurados pela Secretaria de Segurança Pública. Foram processos, ainda seis participantes da invasão de uma sala no Minhocão com o objetivo de montar uma subseção para o DCE. Não há nenhuma novidade sobre os processos. Kissinger saiu do auditório Dois Candangos num camburão e a subseção do DCE está funcionando normalmente.

De resto, a Comissão de Cultura, apesar de sua acanhada atuação, conseguiu alguns resultados positivos. A maioria dos alunos preferiu prestigiar mais os debates com as estrelas Mercedes Sosa e Oswaldo Montenegro do que o "mapeamento" artístico-cultural, cujos questionários em sua quase totalidade não foram devolvidos ao DCE.

"Tudo começou com Semeiar" declarou o vice-presidente da atual diretoria, Márcio Araújo. Melhor seria dizer que tudo continuou com Semeiar. Afinal, mesmo estando à frente de importantes lutas faltou à diretoria integrar de forma mais consistente o conjunto de CAS às suas atividades. O relacionamento com os outros grupos do ME não foi fácil. Para tanto faltou maior jogo de cintura. Isto porque, uma diretoria sozinha não consegue fazer tudo, mesmo contando com muitos partidários. (Nelson Luiz)

Do DU ao DCE

A estruturação do movimento estudantil em torno de um DCE Livre é ainda recente na UnB. Até 1978, o órgão máximo de representação dos estudantes era o DU-Diretório Universitário, estabelecido pelo Estatuto e pelo Regimento Geral da Universidade, e por isso, dependente do Conselho de Administração.

Depois que a Federação dos Estudantes Universitários de Brasília — FEUB — foi dissolvida, em 1968, muito tempo se passou até que os estudantes voltassem a ter um órgão de representação. Havia o Conselho Provisório de Representantes, formado por dois alunos de cada departamento, eleitos por voto direto. Esse conselho convocou a primeira assembleia de estudantes em 1974, na qual foi tirada uma proposta de estatuto para o DU, que não foi aceita pela Reitoria. Após várias propostas e contra-propostas, a Reitoria propôs um modelo que foi aprovado pelos estudantes e que ainda hoje se encontra no Regimento Geral. Este estatuto proíbe atividades político-partidárias e a promoção ou apoio a greves.

Apesar das proibições, foram convocadas eleições para o pri-

meiro semestre de 1976, na qual concorreriam duas chapas: Unidade e Oficina. Como as duas chapas apresentaram muitas críticas à Administração da Universidade, a Reitoria suspendeu as eleições e puniu sete líderes do movimento com expulsão. O segundo semestre desse ano se caracterizou por assembleias que reivindicavam a volta dos alunos expulsos e novas eleições, que terminaram sendo realizadas no fim do semestre, para um mandato-tampão de seis meses.

A UnB iniciou 1977 com os alunos fazendo sua própria comida, pois o "Bandeirão" não funcionou durante o período de Verão, formando-se então um mutirão de pessoas que cozinhavam no próprio "Minhocão". Em maio, uma semana antes das eleições, foi realizado por estudantes de todo o país, o Dia Nacional de Protesto, para reivindicar democracia para o país e melhores condições de ensino. A Reitoria da UnB ameaçou punir os líderes do movimento, tendo os estudantes retrucados que, caso isto acontecesse, haveria paralisação geral.

Aconteceram novas eleições, e na posse da nova diretoria, chegou

a notícia de que 16 alunos haviam sido suspensos. A assembleia geral decretou uma greve geral que se estendeu até julho, quando foram expulsos 30 alunos, suspensos outros 60 e houve, a pedido da Reitoria, a invasão do campus pela polícia, para garantir a volta às aulas.

No período de agosto a outubro/78, foram formados os primeiros Centros Acadêmicos-CA's — e constituída uma comissão pro-DCE-Livre, que tinha por objetivo criar o estatuto de uma entidade livre para os estudantes, não mais atrelada à direção da Universidade. Como era de se esperar, o estatuto não foi até hoje, reconhecido pelo Conselho de Administração.

Em outubro desse mesmo ano foram realizadas as primeiras eleições para o DCE-Livre, e dois anos mais tarde, em 1980, ele passou a se chamar DCE-Livre Honestino Guimarães, em homenagem ao último presidente da FEUB, desaparecido durante a fase mais dura da repressão, e um dos maiores líderes que o movimento estudantil da UnB já teve. (Marcelo Villares).

Emenda prevê eleição para governador do DF

Enquanto outros políticos, empresários e cidadãos discutem a possibilidade de ser criada a representação política para o Distrito Federal, o deputado Aldo Arantes (PMDB-GO) prepara-se para esquentar o debate, entrando com proposta de emenda constitucional que prevê a eleição direta, de um governador para o DF. A informação foi dada ao Campus pelo secretário geral do PMDB de Brasília, Fernando Tolentino.

A necessidade de implantação imediata da representação política para Brasília é uma realidade. Deste pensamento compartilham não apenas o Diretor Regional do PMDB, a Federação dos Moradores do Distrito Federal e Regiões Geoeconômicas, Associação Comercial, Sindicato dos Jornalistas e outras instituições, mas também grande parte da população. Em recente pesquisa encomendada pelo PMDB, constatou-se que 92,7% da população da Ceilândia crê na representação política do DF como caminho para solucionar os problemas da comunidade.

Atualmente, tramita no Congresso a emenda constitucional do deputado Maurício Fruct (PMDB-PR), que prevê eleições para deputado federal e senador. Mas, há ressalvas a esta emenda. Para Carlos Humberto de Farias, presidente da Federação dos Moradores "a princípio apoiamos emenda devido à urgência da questão. Mas nós lutamos pela representação em todos os níveis".

LUTA ANTIGA

A luta pela representação política é antiga. Nas palavras de Lindberg Aziz Cury, presidente da Associação Comercial do DF, ela começou em 1966: "A Associação Comercial sente-se pioneira nesta luta, já que foi a primeira entidade a levantar em plenário e reivindicar a representatividade para Brasília".

Como se vê a questão não é nova e no mínimo é uma incoerência que só agora a discussão esteja a todo vapor. Segundo o Presidente do Sindicato dos Jornalistas Hélio Doyle, antes o assunto era restrito a debates nas entidades e órgãos de classe e a apresentação de projetos de emendas no Congresso Nacional.

O apoio das diversas entidades era apenas genérico como no caso do Sindicato dos Jornalistas, continua Hélio Doyle: "Não houve, até agora, discussão para apoiar emenda específica, pois sabíamos que as mesmas não seriam aprovadas, já que o PDS era contra e detinha a maioria".

A aprovação de projetos desta natureza, então, depende da adesão do PDS, que por sua vez dá agora sinais favoráveis. Discute-se no momento razões que levam a esta mudança. Para Tolentino, o PDS, "aceita a representação política como forma de conter as pressões sociais. O receio das depredações de São Paulo se repetirem, aqui, não é infundado".

Brasília cresceu. Em seus 23 anos, não é mais o "paraíso sonhado".



Senador Alexandre Costa reconhece limitações da Comissão do DF



Maria de Lourdes, estudante



Manoel, funcionário público

Representação: sim ou não?

Apesar de nunca ter exercido seu direito de voto, a comunidade brasiliense tem opinião formada a respeito. A maioria das pessoas ouvidas pelo Campus confirma a necessidade de eleições e acreditam que, através dos representantes eleitos, a cidade poderá obter maiores benefícios.

Manoel Ferreira Farias (Funcionário público, casado, 30 anos): "Não voto por que meu título é daqui, mas gostaria. Acho que todo brasileiro que se preza deve votar. Acho um absurdo não termos o direito de escolher nossos representantes, pois acredito que só através da representação política alguma mudança poderá ocorrer para o povo brasiliense. Só assim teríamos condições de exigir de quem está no poder, cumprir seus compromissos feitos anteriormente com o povo".

Maria de Lourdes Tavares (estudante de comunicação na UnB, 20 anos): "Acho incoerente e ilegítimo o fato de não poderemos votar em Brasília, cidade administrativa e política por excelência. Afinal a própria Constituição, em seu texto, diz que todo cidadão brasileiro tem o dever de votar: o que eu vejo é uma atitude repressiva que está tornando alienada politicamente a geração candanga, que não tem a preocupação de descobrir seus próprios caminhos e participar consciente desse fato tão importante que é o voto".

José Ferreira Rodrigues (agente administrativo do MEC, 27 anos, casado): "Como meu título é de Brasília, não voto. Mas não faço questão nenhuma de votar, por isso não me interessa a representação política em Brasília. Se eu voto no candidato e coloco ele no poder, ele se esquece rapidamente que está lá porque votei nele e se precisar dele um dia, tenho certeza que ele pisa em mim".

Gisele da Silva Moraes (mensageira da Fundação do Serviço Social, estudante, 17 anos): "Não entendo bem de política e mesmo assim ainda não tenho título. Mas pra que título né? Se a gente não pode votar... Mas acho que aqui em Brasília, vivendo junto com tantos políticos, a gente tinha que votar. Talvez a situação da gente melhorasse, sei lá..."

Maria José Cardeal da S. e Silva: "Acho errado só a gente de Brasília não poder votar. Eu gostaria que Brasília tivesse o seu Governador eleito pelo povo. Porque a gente mesmo escolhendo tem mais condições de seguir o que eles prometeram. Porque a coisa não tá fácil não. Aqui em Brasília tudo é mais caro. Comessa miséria de salário mínimo não dá pra viver. Gasto metade do que eu ganho em transporte. Aluguel? Só de aluguel pago 12 mil cruzeiros por mês. Ah, não dá não. Tem que mudar alguma coisa". (Márcia Suyene)

Correio estimula debate sobre voto

O Correio Brasiliense continua na sua posição de neutralidade quanto à representação política para Brasília. A realização do Seminário "O Futuro Político de Brasília", nos dias 18, 19 e 20 de abril não implica que o jornal vá liderar a comunidade brasiliense para este objetivo. Assim afirma Ronaldo Junqueira, editor-geral do jornal, que pretende fazer uma pesquisa sobre o assunto e reunirá tudo em um livro a ser lançado futuramente.

O seminário que contou com a presença de Teotônio Vilela, como convidado unânime de todos os participantes, foi uma tribuna para sindicatos, associações e partidos políticos apresentarem propostas, projetos e debaterem a representação política. E é consenso, até mesmo em setores contrários à representação, que o movimento cresceu. O próprio Junqueira admite, neste aspecto, ao colocar o Correio como refletor da comunidade.

A parcela da comunidade que não concorda com a representação argumenta que a cidade já está representada através da comissão do DF, no Senado. Mas esta comissão não legisla para Brasília. De acordo com o art. 105 da Resolução de 1970, a ela compete opinar sobre: proposições legislativas pertinentes ao DF, o orçamento, a escolha do Governador, dos Conselheiros do Tribunal de Contas do DF, as contas do Governador do DF, os pedidos de empréstimos, operações ou acordos externos.

O poder limitado da comissão do DF, no Senado, é reconhecido por seu próprio presidente, o Senador Alexandre Costa (PDS-MA), que manifestou-se favorável a representação. Mas faz ressalvas: "Eu defendo uma representação lenta e gradual, elegendo agora apenas Senadores e Deputados Federais". (Eugênia Maria)

Voto é luta antiga dos brasilienses

A luta pelo voto no Distrito Federal praticamente coincide com a fundação de Brasília. A Capital da República começou a perder o direito à representação política, quando um dispositivo constitucional estabeleceu, em 1961, ser da competência do Congresso Nacional a fixação da data para a realização das primeiras eleições no D.F.

Desde aquela data, foram muitas as tentativas de marcação das eleições. Em 1964, finalmente, foi dada uma "solução" ao problema: a Constituição modificada em dezembro omite qualquer referência à representação política no Distrito Federal, omissão ratificada pelas reformas posteriores em 1967, 1969 e 1977.

PROPOSTAS

A partir de 1977 várias propostas de emendas constitucionais foram enviadas ao Congresso, tentando restabelecer o direito do voto para os brasilienses. A mais recente, do deputado Maurício Fruct (PMDB-PR), atual prefeito de Curitiba, deverá ser votada proximamente.

O brasiliense não elege seus representantes, situação única na história do Brasil. Mesmo antes da independência, Salvador e Rio de Janeiro votavam com poder legislativo próprio. Em 1822, a Monarquia Constitucionalista manteve a representatividade, o mesmo acontecendo com a Constituição de 1891. Só houve interrupção do direito de voto nas Capitais durante sete anos e nove meses, período de vigência da Constituição "polaca" de 1937. A partir de 1946, restabelece-se o direito de representação política no Distrito Federal, até a transferência da Capital para Brasília. (Ilara Viotti).



Ronaldo Junqueira

Com recorde de comparecim

O movimento estudantil na UnB, experiente numa nova fase significativa para suas lutas. O comparecimento de mais de 4 mil alunos às urnas dias 13 e 14 demonstra que a comunidade estudantil volta a depositar confiança em suas entidades, elegendo a chapa Semear.

A greve geral deflagrada no final do ano passado pode ser considerada um marco importante nessa nova fase. Apesar de críticas à condução da greve por algumas lideranças, ela foi responsável por vitórias e, consequentemente, pelo novo fôlego que ganhou o movimento, ao contrário das derrotas sofridas na greve de 1977, que provocaram uma paralisia nas atividades dos órgãos de representação estudantil por um longo período.

Dentre as várias linhas de pensamento, existem duas que exercem maior atração sobre os estudantes. A chapa Semear, ganhadora das eleições, defende uma luta objetiva por melhores condições de ensino, aprovação do estatuto do DCE, com posterior reconhecimento pela Reitoria, e democratização da Universidade. A chapa Transformação, que ficou em segundo lugar, apresenta um programa que pretende repensar o papel da Universidade na sociedade brasileira, sendo esta tarefa fundamental para legitimar o movimento estudantil, tornando-o atuante junto à comunidade.

O resultado das eleições para o DCE-Livre Honestino Guimarães, realizadas nos dias 13 e 14 passados, confirmam essa tendência. De um total de 4 mil 253 votos, recorde na história do DCE, a chapa Semear obteve 1 mil 447 enquanto Transformação foi a escolhida por 1 mil 311 estudantes.

Em terceiro lugar apareceu o programa Todos Juntos, com 717 votos, seguido por Solidariedade, com 270 e por Óptimos, com 80. Os votos em branco somaram 308 e os nulos 120.

A proposta do Campus, nesta edição, era trazer uma entrevista completa com a chapa vencedora. Assim, tão logo terminaram as apurações, na madrugada do dia 15, foi feito um contato com o vice-presidente-eleito pela Semear, Marcio Araújo. Lamentavelmente, a nova ditetoria não sensibilizou-se com a possibilidade de uma entrevista para o Campus, alegando que iriam comemorar e que não estariam disponíveis nas horas seguintes. Como o jornal seria fechado na manhã de sexta, não podendo ficar à espera dos novos dirigentes do DCE, a solução encontrada foi trazer aos leitores a palavra da segunda colocada, a chapa Transformação. Legitimado por 1 mil 311 estudantes, o programa da Transformação é também do interesse da comunidade.

Foram reunidos para essa entrevista quatro integrantes da chapa. Erika (Psicologia), Beto (Comunicação), Carlos Roberto (História) e Afonso Carlos (Economia) conversaram com o Campus durante uma hora, revelando como vêem o movimento estudantil e propondo soluções para a crise em que ele se encontra. (Marcelo Villares).

Campus — A que vocês atribuem uma diferença tão pequena (126 votos) entre a chapa vencedora, SEMEAR e a chapa TRANSFORMAÇÃO?

Erika — A primeira lição que a gente tira é que essa concepção, que é uma concepção nova que a TRANSFORMAÇÃO defendeu, ela tem eco na Universidade. Então ela representa realmente uma necessidade do Movimento estudantil. Uma necessidade do movimento de acordar para as lutas sociais, se incorporar às lutas sociais e eliminar o funcionamento de chaves, de manobra, além da própria preocupação cultural, científica e política do estudante; então a primeira impressão é de que essa concepção tem eco e que essa concepção ganhou pernas pró-

prias, porque nós, sem certezas, sem poluição visual conseguimos esse número de votos, conseguimos disputar com discussão política, entrando em sala de aula, discutindo, cantando, mostrando que política não exclui a alegria, que política não exclui cultura e que política também não exclui técnica e ciência, mas que política tem que se apoiar em ciência, técnica e cultura e arte. Por isso a primeira impressão é de progresso. A gente se sente muito comprometido com esses 1311 votos e em liderar um trabalho nessa linha, chamando o DCE para que se incorpore a ele, mas nos sentimos muito responsáveis em desenvolver essa concepção dentro da Universidade. Essa concepção vai encontrar formas próprias de aparecer e de se reproduzir. Essa concepção de que a UnB deve estar a serviço da comunidade. De que a Universidade tem de abraçar as lutas sociais, tem que se somar às lutas sociais, tem que se somar às lutas que a comunidade leva, senão a gente se sente castrado, dividido, diminuído, fragmentado enquanto estudante e também como ser humano.

Campus — Essa, então seria a diferença básica?

Erika — É uma questão de prioridade, percebe? Em geral todas as chapas acham que a Universidade tem que se voltar para a comunidade, mas não encaram isso como uma forma prioritária. O movimento estudantil é um gigante adormecido. Ele tem uma potência

A participação nos órgãos colegiados é um avanço muito pequeno. É um passo transitório para uma vitória maior.

imensa como força social, mas isso não está sendo levado, está disperso essa potência, então eu prefiro desenvolver como prioridade básica essa: de que os currículos se voltem para as necessidades da população e de que o movimento estudantil busque as fórmulas de se vincular com a população porque nós podemos aqui começar a estudar e discutir novos rumos para o movimento estudantil porque a população precisa de tirar planos em relação a isso, vendo as fórmulas para aplicá-los. A capacidade de aplicar esses planos nós podemos verificar por exemplo na Agro-Flora. Realizar um plano de hortas comunitárias. Discutir, como exemplo, o método Paulo Freire, tirar um plano e aplicá-lo na comunidade. Nós sabemos que como estudantes nós não podemos aplicar esses planos sozinhos mas nós contamos com outros órgãos para aplicá-los. Nós contamos com os Sindicatos rurais, nós contamos com os sindicatos de serviços, com associações de moradores, com associações de base para aplicar esses planos. Então a nossa concepção é de abrir a Universidade para a construção dessa experiência, que nesse sentido é uma experiência nova. Não porque o objetivo seja novo. Todas as chapas defendem que a Universidade deve servir à comunidade, mas a que nível de prioridade. A prioridade é essa.

Campus — Quanto ao nosso momento político mais imediato aqui na UnB, como vocês enxergam o espaço que foi conquistado com as greves? Ou seja, a possibilidade dele realmente se efetivar como prática política (participação em órgãos colegiados, comissões) ou o perigo de se diluir com o tempo?

Beto — Acho que a participação nos órgãos colegiados é um avanço muito efêmero, muito pequeno. Tem uma certa importância, mas é importante tomá-lo como um passo transitório para uma vitória maior, para assumir outras posições de avanço. Quer dizer, ainda é um problema concreto democratizar muito mais a Universidade e democratizar através de órgãos que permitam que o estudante decida sobre o funcionamento da Universidade. A Universidade tem um funcionamento burro, ilógico. Ela não funciona com uma mentalidade que priorize que ela seja uma instituição de ensino, uma instituição acadêmica. Não. Hoje para você conseguir vaga em uma matéria se torna difícil pela falta, por exemplo, de uma prancheta na sala de aula. Coisas assim. No Direito a única matéria prática que tem é dada de forma teórica. Tem um foro lá, uma coisa desse tipo. Tudo isso depende de que a própria comunidade pudesse pesar mais dentro da Universidade. Então, democratizar o não pode ser uma palavra vazia como se a gente quantitativamente medisse. Bom, agora a gente já participa com um terço. Não, o problema é mais complicado. Democratizar é fazer uma vinculação com os professores, com essa luta que os professores estão fazendo e estão questionando essa instituição como o seu conteúdo, não só o funcionamento.



Marcelo Villares

Diante da recusa da Semear, o Campus foi à rua, entre eles Erika

Quer dizer, quando eles chegam a fazer greve para terem o direito de exercer a profissão é porque a Universidade fracassou como Universidade. O cara está fazendo greve por uma coisa que seria óbvia, para poder dar aula. Nós temos que fazer greve para conseguir professores. Isto é um absurdo completo. Um fracasso completo. Democratizar a Universidade significa inseri-la dentro de um contexto.

Já existem vários governos de oposição. Existe o governo do Brizola, por exemplo. Já existe o PT. Existem mais sindicatos atuantes. Existe a perspectiva de uma Central Única dos Trabalhadores. Então, se o movimento estudantil não se politiza, não se vincula a essa situação que existe, não traz aqui para dentro uma politização muito maior, juntamente com os professores e funcionários, a democratização da Universidade se torna uma coisa unilateral, certo? Democratizá-la é fazer com que ela sirva ao povo. Como é que a Universidade serve ao povo com seus currículos elitistas e alienados? Quer dizer, um problema é o dos 12 por cento para a educação, evidentemente. Agora, nós vamos conseguir mais verbas, mas para manter esse ensino alienado? Porque esse ensino não vai refletir em melhores técnicos ou em técnicos preocupados em resolver os problemas da população. Nós temos que discutir com os professores em sala de aula e mudando já os planos de currículos, questionando por dentro o Azevedo, a mentalidade do Azevedo. A mentalidade azevedista, a gente poderia dizer, que se expressa numa visão obscurantista da Universidade. Então seria junto com os professores fazer um plano concreto. Revisar planos de en-

Transformação questiona a estreiteza do ME. Nós chamamos cristãos, poetas, ecologistas e socialistas. Isso é Transformação.

sino, currículos e fazer com que as aulas sejam mais preocupadas com a vida que está aí. Isso para nós é que é democratizar a Universidade.

Campus — Qual a importância da aliança entre alunos e professores no momento político da UnB? Agora cada movimento vai seguir seu próprio caminho? Como deve se dar essa ligação?

Erika — As lutas internas se fundem com a luta por uma Universidade Superior. Os professores se identificam plenamente com os objetivos dos estudantes de transformar a Universidade numa instituição de ensino de verdade. Muitos aspectos são específicos, pois os professores têm problemas sindicais, mas que se somam ao nosso objetivo, que é muito mais grandioso. O objetivo de romper com a estrutura obscurantista da Universidade. Nossos objetivos, então se fundem. Acho que os professores são muito receptivos a essa concepção da Transformação. Nas salas de aula colocamos isso verbalmente, como é preciso romper com essa estrutura e trazer de volta o projeto do Darcy Ribeiro, segundo o qual o ensino é um posicionamento frente à vida. Por aí deve ser aprofundada a discussão. Não a discussão contra o Azevedo, somente, mas também contra a Universidade que ele defende. Aí nós poderemos iniciar uma discussão.



Marcelo Villares

A campanha foi a mais co

Campus — Depois da Greve de 1977, o movimento dos estudantes veio se esvaziando gradativamente e mesmo hoje, com o fôlego retomado pelos resultados da greve, não tem a força que tinha antigamente. Aconteceu o mesmo com a UNE. O direcionamento para os problemas sociais e econômicos pode dar forças ao movimento?

Erika — O estudante não tem força na economia e, consequentemente, não pode parar o país. Existe um desprezo muito grande do Governo pela ciência, pela cultura, etc e o movimento estudantil não tem poder de pressão efetivo. Se para uma Volkswagen, o país entra em caos. Se para uma universidade, o país deixa de ter um centro de discussão, sem contudo afetar a economia. O nosso movimento só vai ser um poder de pressão efetivo a partir do momento que se somar às forças de pressão da comunidade. A Greve de 77 foi triunfante porque o movimento estudantil se antecipou aos anseios da sociedade, ou seja, a luta pelas liberdades democráticas. Por isso ele teve repercussão. Quando o Kissinger veio aqui, qual o motivo de não terem reprimido o movimento estudantil? Porque aí o movimento também estava representando um sentimento anti-imperialista da sociedade, que avançou e ganhou os mais variados setores da sociedade, como a Igreja e militares nacionalistas. Hoje a luta se dá em outro nível. Hoje existe o PT e um PDT, que toma o poder e que tem um plano de transformação, contendo medidas que vão ferir de cheio a estrutura do regime...

Campus — Alguns chamam o plano de reforma, apenas.

Erika — Sim, mas um ponto do programa do Brizola era dar um litro de leite para cada criança. Isso não quer dizer que ele tivesse disposição de aplicar, mas um litro de leite para cada criança fere a fundo a estrutura do regime. Esse regime aí não pode dar um litro de leite para uma criança. Se a discussão girar em torno, por exemplo de achar um culpado para o Riocentro o regime encontra qualquer culpado e termina a discussão. O regime pode burlar uma palavra de ordem dessas, mas se você for discutir a neces-

ento, Semear vence as eleições



buscar as palavras dos representantes da Transformação, Carlos Roberto e Beto



corrida da história do DCE

sidade de um litro de leite para cada criança esse regime não pode destruir, porque ele vai ter de mexer na estrutura da terra. Então, o programa do Brizola, ainda que ele não tenha a intenção de aplicá-lo, a população agarra esse programa, agarra o elevador de um plano inclinado "Um Litro de Leite para Cada Criança", para construir suas próprias experiências e conseguir suas próprias formas de aplicar esses programas. Essas formas de discussão o movimento estudantil já não corresponde mais. O movimento estudantil que sai gritando doze por cento para a educação, mais professores e fica só nessa discussão não tem força de expressão suficiente para se contrapor a isso. Essa defasagem é que existe em relação à UNE, inclusive. A UNE não se comporta hoje como um setor que está vivendo as preocupações do país. O que o país está discutindo? O país está discutindo 12 por cento para a educação, que é uma luta extremamente justa; mas que nós estudantes, sozinhos, não vamos conseguir. O MEC representa o pensamento do Regime em relação à Educação e nós temos que representar os interesses da luta popular na Educação. Não podemos representar os nossos próprios interesses. O Brasil atualmente discute como resolver o problema da dívida externa e o movimento estudantil se encontra ausente dessa discussão. Você não vê nenhuma organização estudantil se posicionando em relação a isso. Estão preocupados com a legalização da UNE. Mas que legalização é essa? Temos que nos legalizar perante o povo, frente à sociedade, frente aos estudantes, e não frente à Ministra.

Campus — Quer dizer que falta legitimidade ao movimento?

Beto — Hoje a UNE se prende a determinada política que não corresponde ao que as massas estão lutando. Hoje você vê um general propondo o calote à dívida externa. E os estudantes? Hoje você vê padres lutando pela Reforma Agrária, contra as multinacionais e você não vê o movimento estudantil participando dessa luta, quando no passado o movimento estudantil aparecia como uma força decisiva. Se você olhar a história do Brasil, vai ver que todos os

momentos em que o movimento estudantil teve uma trajetória importante, foi quando ele se somava às grandes preocupações nacionais. A luta pela Petrobrás, por exemplo. Foi um momento em que o movimento estudantil esteve junto com a população, foi uma comção nacional e conseguiu-se a Petrobrás. Depois disso, aplicando o método Paulo Freire nas favelas do Recife ou subindo as Favelas do Rio e São Paulo com os estudantes de Medicina. Também o CPC da UNE, que era a arte junto ao povo, nas fábricas, nas favelas, nas praças. E hoje, cadê o movimento estudantil? Hoje ele fica repetindo monotonamente 12% para a Educação e tampa uma verdadeira discussão que deveria estar havendo. Frente aos governos de oposição, qual deveria ser a política da UNE? Chamar os estudantes de Medicina a elaborarem planos que contribuam para a melhoria do nível de saúde do povo. 94% da população brasileira tem cárie dentária. Os estudantes de Odontologia não têm um compromisso com esta realidade? Esta é a preocupação da Transformação.

Campus — A ligação entre representação estudantil e partido político é benéfica? A chapa Transformação apoia ou é ligada a algum partido político?

Beto — Não, a Transformação não apoia e nem é chapa de nenhum partido político. Inclusive a formação da chapa Transformação é um questionamento à estreiteza do movimento estudantil, como ele vem sendo conduzido. Nós chamamos cristãos, poetas, progressistas, feministas, ecologistas e companheiros socialistas. Isso é a Transformação. Outros que são o próprio samba-enredo da Transformação: São atletas, ecologistas, cientistas, pessoas que têm esse tipo de preocupação, mas se identificam num único ponto: fazer a Universidade servir à população. Isso significa questionar desde o

Democratizar a Universidade é fazer com que ela sirva ao povo. Como servir ao povo com currículos elitistas e limitados?

próprio currículo até o funcionamento. Por que não funciona à noite. Porque a forma de matrícula é estúpida. Você fica desesperado no período de matrícula, você não consegue as matérias que precisa. O funcionamento é desordenado. Por que o estudante é tratado com desprezo. Como me dizia uma companheira "Não tem nem luz aqui à noite". Não tem luz aqui, mas tem uma série de coisas que não são tão importantes. Isso significa que a gente tem que se posicionar perante os partidos que existem. Então a gente vê também que é importante apoiar criticamente os governos de oposição. Apoiar os setores mais avançados do PMDB, apoiar os setores mais avançados do PDT. Fazer uma experiência de apoio crítico ao governo do Brizola. Agora nós vemos com especial atenção o Lula, o surgimento do PT, porque ele tem uma força que é superior e uma importância que é superior aos demais. Pela primeira vez na história política do Brasil a classe operária começa a se organizar de forma independente, a partir dos sindicatos e com uma direção operária.

Erica — O movimento estudantil ser apertado não quer dizer que ele não deve apoiar os

partidos, mas ele deve apoiar todos os partidos que lutem pelo progresso. Mesmo porque se de um ou outro partido não define muito, porque não foi possível uma experiência. Mesmo o PT ainda não teve uma experiência na sociedade para que ele pudesse se afirmar como o partido dos trabalhadores. Então o importante é que o programa de cada partido, a concepção que cada partido desenvolve. Existem setores de esquerda dentro do PMDB que se encontram diluídos. A questão não é fazer com que eles entrem no PT, mas com que eles dentro do próprio PMDB consigam ter política e programa próprios. Consigam fazer do PMDB uma tribuna para se dirigir às forças brasileiras. Nesse sentido o PT é uma experiência superior. Pelo seu nível de comprometimento. Nós sabemos que outros setores da oposição têm nível de relações e comprometimento com os setores financeiros. O PT, ao contrário é o que tem o rabo menos preso.

Beto — Nós não queremos ser apenas corria de transmissão de propostas eleitorais, mesmo sendo partidos de oposição. Nós não nos apoiamos apenas em experiências dentro do Brasil. É importante relatar que a Frente Sandinista surgiu dentro da Universidade de Manágua. Eram todos eles militantes do movimento estudantil. O movimento estudantil não teve um papel fundamental junto à população na luta e na resistência contra a ditadura do Xá. Na Grécia foi fundamental a participação do movimento estudantil, inclusive na organização do povo para a derrubada da ditadura grega. O movimento estudantil tem uma importância na luta nacional. Do jeito que ele está hoje, está voltado para si, só se preocupando com as suas reivindicações. Você não vai resolver o problema da educação só na universidade de Brasília. O problema tem raízes lá fora. O governo não dá importância para a educação, assim como não dá importância para o transporte, para a saúde, para a alimentação, mas dá importância para o FMI, para a exportação de soja.

Campus — Nós temos a situação da UnB, onde houve a conquista de um determinado espaço político. Participação em órgão colegiados, comissões para estudo de condições de ensino e falta de professores, comissões de enquadramento, etc. E apenas um começo. Agora, no CEUB, o processo de democratização ainda está muito mais atrasado. Repressão policial, acusações de subversão, anuidades absurdas. O que falta para que a chamada democratização se dê de modo mais completo em todas as universidades e, em particular naquelas que são pagas? O CEUB, por exemplo, fica aqui do lado da UnB.

Beto — Uma coisa que precisa ser organizada aqui em Brasília é a FEUB (Federação dos Estudantes Universitários de Brasília), para unificar as lutas de todos os estudantes universitários da cidade. Isso elevaria o nível se a FEUB encampasse um programa, uma política de ação, que desse vazão a um sentimento de combatividade e às necessidades que os estudantes sentem. A exploração que os estudantes das universidades particulares sofrem hoje é uma coisa que precisa ser discutida como ponto central no caso de uma futura FEUB. Porque os estudantes do CEUB, UDF, etc estão simplesmente sendo roubados. E recebem em troca um baixíssimo nível de ensino para serem candidatos a ser mais um diplomado desempregado. Quanto à questão da anuidade o que é preciso fazer é estatizar. A educação não pode ser objeto de especulação. Deve ser uma obrigação do governo dar condições à população de estudar. Então a educação fica aí na mão dos empresários, dos abutres do ensino, enriquecendo às custas de fabricar diplomas. Assim como a saúde não pode ser objeto de comércio. Isso a UNE não coloca.

Campus — Como é que se dá o funcionamento das entidades estudantis na UnB? Estão funcionando bem e de forma integrada?

Carlos Roberto — Os CAs e DCE têm tido um aproveitamento muito bom. Comparado a anos passados a junção dos dois tem dado bons resultados. A integração não é completa. De um lado fica o DCE e os CAs atrelados a ele fazendo uma programação fria e do outro o restante dos CAs marginalizados. E o que ocorre na Universidade. Existe uma certa organização por exemplo nos CAs, mas que não é completa. Podem ser feitas experiências belíssimas na Universidade. Você pode organizar excursões a cidades históricas, trabalhos em favelas, sem assistencialismo claro, através dos CAs ligados ao DCE, sem vinculação ideológica, fortalecendo cada vez mais os estudantes. Há CAs que ainda não têm um trabalho junto ao DCE. Há departamentos onde não existe CA, ainda. Isso tem que ser motivado para que o estudante possa ter uma representatividade. A Biblioteconomia e a

Odontologia têm que ter um apoio do DCE para formarem seus CAs.

Campus — Muitos reclamam da falta de uma vida comunitária dentro da UnB. As pessoas vêm, assistem aula, depois vão trabalhar. Por que isso ocorre?

Carlos Roberto — Falta de disposição não é, pois o estudante participa de todos os eventos culturais de forma muito boa. A falta está nas direções. Parece que não estão olhando com bons olhos uma participação ativa. Você vê um Show como o das 11 horas, na Música, lota todas as quintas-feiras. O Coral no início também tinha uma boa participação. Hoje você não encontra vaga nas bolsas de trabalho/esporte. Capoeira não tem vaga mais. Por que? O estudante está querendo participar, tem que dar uma chance a ele. Outro exemplo é o CO. Ele está abandonado. Ele é uma parte da UnB que foi sempre esquecido como um lixo. Você chega lá e vê os departamentos todos separados. Não existe uma integração dentro do próprio CO. No CO não existe uma associação de moradores. A reitoria então faz o que quer. Cobra do bloco A, que até há pouco tempo era de graça. Essas investidas continuarão a existir se não houver organização. Não destruir, inclusive, a organização que já existia. Vão mandar cartinhas como mandam sempre acusando a existência de homossexualismo. O DAC manda cartas de vez em quando acusando a existência de troca de

Um litro de leite para cada criança fere a fundo a estrutura do regime. O movimento estudantil precisa discutir isso.

fumo, venda de fumo. Coisas que, na verdade, não existem. Por isso o controle do CO pelos estudantes é fundamental. Ao contrário das outras universidades do país, o alojamento estudantil aqui é fechado a uma organização por parte dos estudantes. Em outros lugares os alojamentos são ocupados de forma inteligente e aqui o que se vê são policiais na porta, uma coisa inconcebível para o estudante.

Beto — Existe uma preocupação muito variada dos estudantes pela música, ecologia, astrologia, ufologia. O movimento estudantil, então, não pode mais se esconder disso, ele tem de ser sensível às experiências que a juventude está vivendo. E as preocupações do estudante não estão só dentro da Universidade, ele não tem só a MGA na cabeça. A Transformação, juntamente com companheiros da Medicina, da Odontologia, da Psicologia e daqui da Comunicação, formamos o Grupo de Trabalho Comunitário e fomos ao Paraná participar de várias experiências de contato direto com a população, que não tinha nada de assistencialismo. Assistencialismo seria se nós tivéssemos ido lá para distribuir remédios. Nós fomos lá para uma integração, onde o estudante aprendesse qual é a realidade e quais são os problemas onde depois ele vai ter de aplicar o que aprende. Fizemos experiências na área de saúde, problemas de cárie. Fizemos experiência com teatro. Passamos filmes, fizemos discussões com os moradores, estimulando sua organização coletiva.

Campus — Qual o trabalho que vocês pretendem desenvolver agora? Já se pode pensar nas eleições de novembro para o DCE?

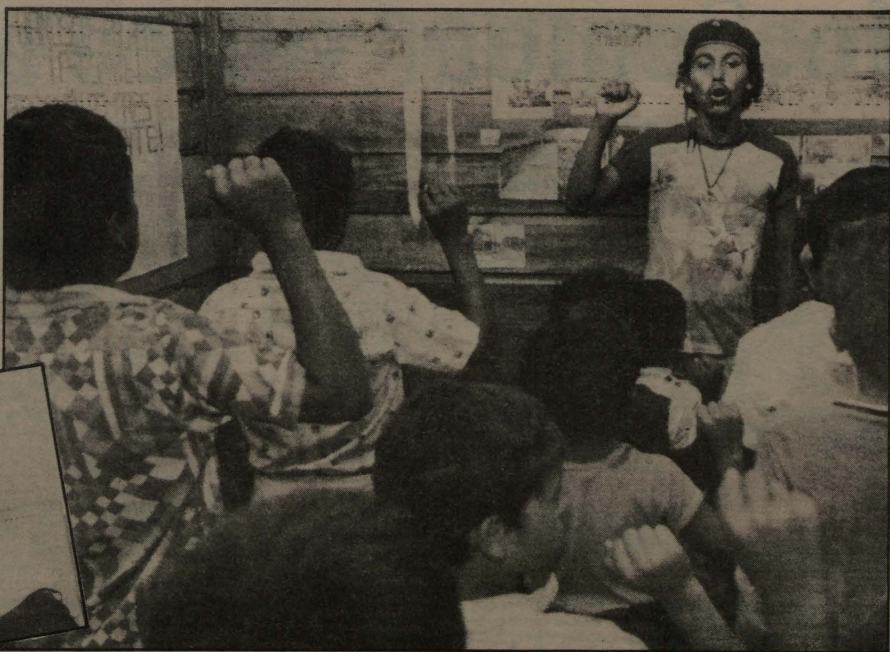
Afonso — Vamos continuar desenvolvendo nosso trabalho nos CAs onde a gente participa e difundir esse trabalho nos CAs onde queremos passar a participar. Continuar o trabalho comunitário, que atrai muito os estudantes justamente por priorizar a preocupação do sujeito se sentir útil. Compatibilizar a teoria com a prática. O Grupo de Trabalho Comunitário — GTC — tenta centralizar um pouco desse trabalho. O GTU, que é o grupo de trabalho oficial da universidade, também leva esse trabalho e nós vamos tentar compatibilizar as duas atividades. O GTU, apesar de oficial, é boicotado pela administração da universidade. Eles trabalham longe da universidade, lá em Nova Xavantina, e nós queremos trazê-los para perto, para realizar aqui o seu trabalho, talvez na invasão do Paraná. Então nós precisamos fazer nos CAs e nos departamentos uma atividade para provar na prática que essa concepção de trabalho integrado tem acolhida. Esses 1311 votos é parte dessa comprovação. Existe muita calúnia de que nós não temos experiência. De fato nós somos um pessoal novo e temos muitas pessoas que não participam desse esquema viciado de movimento estudantil. A gente precisa de um tempo para criar mais bases e temos certeza que a próxima eleição a gente vence. (Nelson Luiz e Marcelo Villares)

Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come

EUA apertam o cerco, as manobras secretas aumentam. Isolada em sua região, sem armas e acusada de ser a plataforma militar da União Soviética, a Nicarágua busca ajuda e denuncia a tentativa de invasão.



Otávio Martínez Ordoñez



"Agressão aumenta a coesão do povo", diz Ordoñez.

1 Amargos reflexos da Revolução

A Nicarágua vive hoje dias de tensão nos quais tem procurado manter sua resistência face às dificuldades que vem encontrando desde a Revolução Sandinista. Talvez, a principal delas seja a perda de qualquer ajuda por parte dos Estados Unidos e, por que não dizer, a conquista de sua antipatia. Está sofrendo as consequências do bloqueio econômico iniciado com a posse de Reagan, enfrentando problemas de fronteira com Honduras, que podem desencadear um conflito armado entre os dois países, além da oposição dos chamados "contra" — anti-revolucionários combatentes da Força Democrática Nicaraguense que são uma mistura de índios miskitos, ex-membros da Guarda Nacional de Somoza e ex-militantes sandinistas desiludidos.

"Desde a Revolução Sandinista, a Nicarágua vive agressões constantes que têm aumentado nas últimas semanas e objetivam a destruição do projeto de sociedade que ela trouxe, e que se baseia no pluralismo político e ideológico, e na economia mista", disse ao *Campus* Otávio Martínez Ordoñez, Ministro Conselheiro da Embaixada da Nicarágua no Brasil.

Ordoñez argumentou que os Estados Unidos estão procurando criar um conflito armado entre Nicarágua e Honduras para justificar uma intervenção direta de sua parte, e que a questão das fronteiras não existiria sem o

seu envolvimento americano. Essa situação requer da Nicarágua grande quantidade de energia, tempo e outros recursos, o que afeta a economia, produção e reconstrução material do país.

RESSALVA

Ordoñez ressalva que a Nicarágua não está empregando verbas na aquisição de armamentos, mas apenas os aceita de outros países que porventura queiram doá-los, desde que não imponham condições. "A Revolução Sandinista é muito séria, responsável, madura e não deve ser provocada. Nós não aceitamos provocações", acrescenta ele. Por outro lado, diz que "a agressão externa dos Estados Unidos tem aumentado ainda mais o alto nível de coesão do povo nicaraguense, pois não se trata de um problema interno".

A respeito do bloqueio econômico americano, Ordoñez afirma que "os nicaraguenses não querem o dinheiro dos Estados Unidos, mas apenas que sejam deixados em paz para poder trabalhar e levantar o nível de vida da população".

O fato é que a Nicarágua — país já tão abalado por lutas internas e possuidor de poucos recursos — tem diante de si um grande número de problemas a resolver, mesmo sem qualquer intervenção dos Estados Unidos, o que também implica em dizer: sem qualquer ajuda de sua parte. (Sandra Fernandes).

2 Observadores erram o alvo na América Central

"A crise na América Central tem origem em fatores estruturais, a nível interno, e no conflito Norte-Sul, a nível externo". A opinião é do embaixador mexicano no Brasil, Antonio de Icaza, que já ocupou também diversos postos em países latino-americanos.

Para o Brasil, segundo o professor José Aleixo do Departamento de Relações Internacionais da UNB os problemas dos países centro-americanos são estruturais e devem ser resolvidos por eles mesmos, sem intervenção de qualquer potência estrangeira. Embora quase todos os países do continente adotem o princípio do respeito à soberania de outras nações, as denúncias de envolvimento de outros países em questões como a de Honduras e Nicarágua, mostram que não é bem assim (ou nem sempre foi).

LESTE-OESTE, NÃO

— Você está falando de uma outra Argentina, uma Argentina que não existe mais!

Assim reagiu o secretário da Embaixada argentina, Alberto de Nunes, ao ser perguntado sobre o envio de assessores militares de seu país a Honduras, para auxiliar no treinamento dos contra-revolucionários sandinistas, durante governos anteriores. Sempre que indagado sobre o relacionamento de seu país com governos de diferentes linhas ideológicas, o secretário de Nunes abriu o discurso (sobre sua mesa durante toda a entrevista) pronunciado pelo presi-

dente Bignone, em março na Índia, para lembrar que seu país acolhe o princípio de solidariedade e respeito à orientação seguida por outros países do Terceiro Mundo (o discurso foi lido numa reunião dos não-alinhados). O adido militar argentino, coronel Isidro Bonifácio Caceres, falando ao *Campus* no início do mês disse acreditar que certamente há outras potências envolvidas no conflito da América Central. "A região sofre, sabidamente, efeitos das divergências ideológicas americano-soviéticas". O adido militar argentino evitou comentar os boatos sobre o possível envolvimento de seu país.

— A crise centro-americana é produto das condições sociais que privam a região que não tem nada a ver com o confronto Leste-Oeste.

A afirmação do embaixador Antonio de Icaza, para quem a análise desta questão sob a ótica do confronto leste-oeste é o principal obstáculo ao diálogo.

"As difíceis condições internas de Honduras e Nicarágua, que tenderiam a agravar-se em caso de um confronto armado, torna esta hipótese um tanto inconveniente para os dois países, que devem mesmo adotar uma saída pacífica". afirmou o professor José Aleixo, que tem diversos trabalhos publicados sobre a América Latina, e, neste momento, faz as últimas correções num estudo — "O Brasil e a América Central", a ser lançado em breve. (Jânio Carlos)

3 Nicarágua bate à porta, mas ninguém atende

A junta sandinista, desde sua ascensão ao poder, em julho de 1979, vem enfrentando problemas com seus adversários, os somozistas. A partir de 1981, no entanto, esta luta se intensificou principalmente devido à participação americana no conflito.

No princípio de 1981, o jornal *Nuevo Diario de Managua*, denunciou um plano contra-revolucionário de grandes proporções, a partir de Miami. Essa denúncia tomou corpo quando, em maio do mesmo ano, o Comitê Hondurenho de Paz e Amizade com a Nicarágua (Cohpan), enviou carta ao presidente Policarpo Paz García, anunciando a instalação de uma rádio clandestina no país a 10 quilômetros de Tegucigalpa, em direção ao sul. A instalação, segundo o Cohpan, teria sido feita com a colaboração da empresa estatal de telecomunicações (Hondutel) e teria contado com a participação de ex-guardas nacionais de Somoza. A denúncia acrescentava ainda que o equipamento de rádio tinha sido trazido de Miami.

A ajuda do governo de Honduras, contudo, não parou aí. Nem as denúncias do Cohpan que, em agosto de 1981, davam conta da existência de 900 somozistas, além de 3 mil índios miskitos em território hondurenho. Todos estariam sendo treinados por 14 ex-instrutores enviados do Chile e Argentina. Durante este período de treinamento, a ação dos con-

tra-revolucionários limitou-se a pequenas incursões ao território nicaraguense.

COSTA RICA

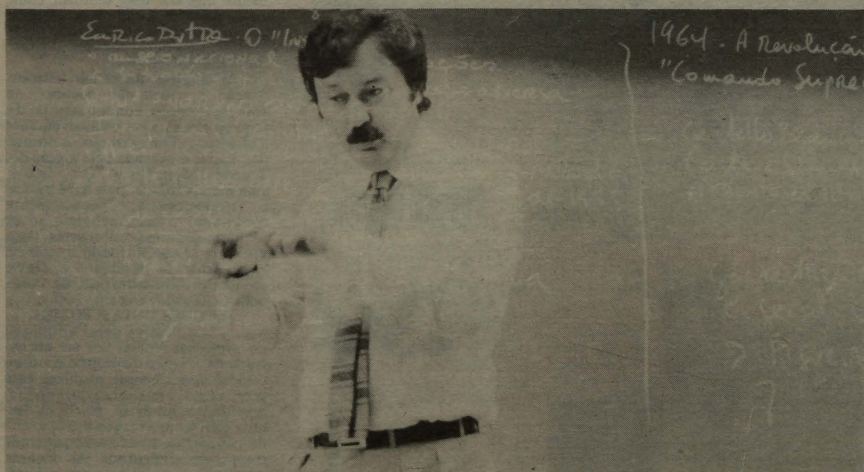
Na Costa Rica, a 19 de janeiro de 1982, logo depois da visita do subsecretário americano, James Buckley, é criada a Comunidade Democrática Centro-Americana. Essa nova entidade era formada por El Salvador, Honduras e Costa Rica. No documento assinado em San José propunha-se respaldar os processos eleitorais, bem como a solidariedade, caso "algum dos membros da comunidade fosse vítima de qualquer tipo de agressão". Logo após a criação da entidade, o governo americano qualificou-a de "um passo positivo" e pediu apoio de outras nações à iniciativa.

Costa Rica foi novamente palco de debates em outubro de 1982. Nesta data, chanceleres de vários países da América Central e Caribe, reuniram-se para discutir a situação da região. O fruto desta reunião foi um documento no qual os diversos países participantes apoiavam a democracia eleitoral pluralista, mostravam a necessidade da retirada de assessores militares estrangeiros e se comprometiam a não apoiar tentativas de derrubar governos legitimamente estabelecidos. Não participaram da reunião Nicarágua, México e Venezuela.

(Humberto Martins)

LSN

Nicanor: "País não precisa desta super-lei"



Para o professor Carlos Chagas, "Os donos do poder não abrem mão da LSN".

"Pensar em mudar lei é balela"

O jornalista e professor de Ética e Legislação dos Meios de Comunicação da UnB, Carlos Chagas, enquadrado por duas vezes na Lei de Segurança Nacional, acredita que é "balela" pensar em mudanças nesta lei, já que ela funciona como contrapeso no processo de democratização do país. Por isto, para ele a criação de comissões parlamentares e até o pronunciamento de ministros que se dizem favoráveis a mudanças na Lei não levarão a nada. Tudo não passaria de uma "manobra política" para preencher espaços vazios, pois "os donos do poder" não abrem mão da Lei de Segurança Nacional.

Segundo Carlos Chagas, os seus princípios fundamentais deverão ser mantidos. Qualquer mudança que vier a ocorrer será no plano "periférico ou conjuntural". Isto quer dizer que não será mudado o que realmente

importa. As manobras políticas destinam-se apenas a atrair a atenção do Congresso para discussões estérteis que objetivam somente preencher o espaço político. Fontes do próprio Palácio do Planalto descartam a possibilidade de mudanças estruturais.

Na opinião do jornalista, a LSN não é uma lei e sim uma antilei, já que foi votada por um Congresso sem representatividade e, se não bastasse, sob a ameaça de um Ato Institucional. Carlos Chagas considera a Lei de Segurança Nacional discrepante com o momento político no Brasil. Para ele, a abertura política brasileira é um fato louvável, mas infelizmente o Brasil é o país dos paradoxos: a busca da normalidade democrática tem que conviver com instrumentos de arbitrio instituídos em clima de exceção.

Como Carlos Chagas, muitos jornalistas, padres, camponeses e líderes sindicais já foram incursos na LSN. Em muitos destes casos, caberia perfeitamente a aplicação de Leis comuns e isto tem sido motivo de muita controvérsia. Recentemente, por exemplo, o juiz auditor da 2ª auditoria do Exército, Helmo Sussekind, classificou de "inadmissível" esta situação. O fato confirma que mesmo setores da Justiça Militar são contra a aplicação arbitrária da LSN.

A Lei de Segurança Nacional permanecerá? Mudará? Será extinta? Ficam dúvidas. O mais provável, no entanto, de acordo com o jornalista Carlos Chagas, é que na impossibilidade de mudanças, a lei venha a cair em desuso — "não é a melhor solução, mas é a única possível no momento." (Paulenir Constâncio)

Segurança, pretexto do regime

Desde a sua instituição, a Lei de Segurança Nacional mantém divergências profundas no meio político-institucional, uma vez que foi imposta historicamente pelo regime não permitindo sequer a participação do Legislativo em sua elaboração. No entanto é importante observar que à época da implantação do primeiro Órgão Nacional destinado às questões relativas à Defesa Nacional — O Conselho de Defesa Nacional, em 1927 — toda e qualquer decisão governamental referente ao assunto contava com sólida participação de representantes da sociedade civil, diretores de empresas e sindicatos. O conceito de segurança nacional até então resumia-se na defesa estratégica do país frente a eventuais agressões externas.

A partir de 1934, a orientação política e institucional da nova "Doutrina de Segurança Nacional" vê-se limitada às decisões do presidente da República, ministros de Estado e Chefes Militares. Torna-se já evidente em plena ergetulista a incorporação de raízes autoritárias ao conceito de Segurança Nacional, definido como "medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna da Nação".

O caráter arbitrário imposto à Segurança Nacional é acentuado na Constituição de 1937 que concede às Forças Armadas obediência irrestrita somente ao Presidente da República, centralizando de uma vez nas mãos do Executivo a garantia do uso da força em situações em que fosse necessário salvaguardar o

regime. Com a tomada do poder pelos militares institui-se formalmente uma lei específica que passa então a regular a Segurança Nacional. É então outorgada a LSN pelo presidente Castelo Branco em 1967.

Processando-se uma pequena análise da estrutura ideológica desta lei pode-se perceber ou até mesmo concluir que sua essência consiste em aproveitar as características principais de uma "suposta indole do povo brasileiro" (a cordialidade, improvisação, emotividade, individualismo e o pacifismo) para justificar a implantação de uma "ordem de Segurança Nacional". Isto com a finalidade de salvaguardar a sociedade de "influências exóticas" contrárias a esta indole.

Do ponto de vista jurídico o Brasil não precisa de uma lei de Segurança Nacional, uma vez que ela legisla sobre artigos que já estão contidos em outras leis como a Constituição, o Código Penal e a Lei de Imprensa. Esta é a opinião do advogado Nicanor Noronha, que, a pedido da liderança do PMDB estuda a Lei de Segurança Nacional, e, para quem ela é uma "lei de exceção que chega a ser uma super-lei, indo além da Constituição".



Lei é antijurídica, diz Nicanor

Historicamente a ideologia de Segurança Nacional voltada para a segurança interna contra grupos de natureza marxista, teve origem nas orientações da Escola Superior de Guerra, principalmente a partir de 64. Ela surge, então, inspirada na doutrina norte-americana de "contra-insurgência", que significava a prevenção de ações subversivas vinculadas de alguma forma à ampliação do domínio soviético na área de influência dos EUA.

Dessa forma, a Segurança Nacional passa a visar não apenas a uma situação de guerra externa, mas, principalmente, a guerra interna subversiva, ideológica ou revolucionária. Na época houve uma tentativa frustrada de incluir no conceito de Segurança Nacional uma posição contrária apenas aos grupos de esquerda, mas,

acabou por prevalecer o posicionamento contra todo grupo ou pessoa de qualquer ideologia, que viesse perturbar a tranquilidade do regime.

INSEGURANÇA

Segundo Nicanor Noronha a Lei de Segurança Nacional é antijurídica porque traz em seu bojo certos artigos difíceis de definir, o que possibilita o surgimento de arbitrariedades em função de uma má interpretação do delito. Este fato, no seu entender, justifica a definição da LSN como uma lei de insegurança.

Apesar de não acreditar na possibilidade de revogação, o advogado considera essa medida como a solução ideal porque, conforme afirma, não existe mais um clima para justificá-la, a não ser dentro da ótica de manutenção do regime. (James Gama).

PDS não admite que a lei seja revogada

"A Lei de Segurança Nacional é uma excreção do regime de arbitrio". A definição é do representante do PMDB na Comissão Especial de Segurança Nacional, senador Pedro Simon. Essa comissão se reunirá durante um período de 90 dias com o objetivo de sugerir modificações na atual Lei de Segurança.

Segundo o senador gaúcho, essa lei parte do princípio de que todo brasileiro é um inimigo da Nação, até prova em contrário. Por ter esse caráter autoritário, a Lei de Segurança Nacional "está totalmente incoerente com o momento político que o Brasil está vivendo", acrescentou.

O PMDB não está otimista quanto às modificações que poderão ser feitas. De acordo com o representante peemedebista, o "PDS poderá fazer algumas modificações aqui e outras ali, mas tais mudanças não afetarão a ideologia da Lei de Segurança Nacional".

REVOGAÇÃO

Já o vice-presidente da comissão, senador Aderbal Jurema (PDS-PE), ao ser indagado sobre a possibilidade da Lei de Segurança vir a ser revogada, foi categórico: "Não, revogação, não. Porque uma democracia como a do Brasil — ou de qualquer outro país em desenvolvimento — tem que se defender

Em contrário, será uma democracia suicida".

Enquanto o PMDB preocupa-se em aprofundar a discussão sobre as mudanças na Lei de Segurança — inclusive reunindo um grupo de parlamentares assessorado por um advogado especialista no assunto — o PDS parece não demonstrar grande interesse. Prova disto, é que o vice-presidente da comissão, Aderbal Jurema, se mostrou bem pouco informado a respeito do seu funcionamento. Ele, no momento, está mais preocupado com a emenda das eleições diretas para prefeitos das capitais, da qual é relator.

COMISSÃO

A primeira reunião da comissão especial estava marcada para o dia 12 de abril. Célio Lobão, ex-corregedor da Justiça Militar, responsável pela tentativa de reabertura do inquérito sobre o Riocentro, faria um depoimento a respeito da Lei de Segurança Nacional. Mas, devido à votação da lei que prorroga as convenções nacionais dos partidos, no Senado, os participantes da comissão não puderam realizar o primeiro encontro.

Participam da comissão, além de Simon e Jurema, os senadores Nelson Carneiro (PTB-RJ), que é o presidente, Murilo Badaró (PDS-MG), e José Lins (PDS-CE). (Luiza Modesto).

A difícil viagem do professor Geraldo Moraes

Um grupo de professores universitários chega às margens do Rio Araguaia, divisor do estado de Goiás com Mato Grosso e Pará, famoso por suas praias de areia branca e águas límpidas. No pequeno povoado onde se alojam, acontece o choque cultural. "Nós não sabíamos nem como oferecer uma cerveja àquelas pessoas", diz Geraldo Moraes, cineasta e professor do Departamento de Comunicação da UnB.

Este fato provocou um processo de questionamento cultural na cabeça do cineasta e deu a idéia para a realização do filme *A Dificil Viagem de Evandro de Souza*, rodado totalmente na região do Araguaia. Geraldo começa, então, a indagar sobre o que é, realmente, a cultura brasileira. Se ela é o modelo "aculturado", importado ou se está refletida no nosso comportamento interiorano.

Centrado no sentimento de redescobrir a identidade cultural do país, Geraldo dirige as ações do principal personagem do filme, o Evandro, ao interior, onde ele entrará no mesmo processo de choque cultural, sendo levado a optar entre um modelo ou outro de civilização.

Para o diretor, chegou o momento de reencontrarmos nossas raízes culturais. "Nosso cinema vive ainda nos anos 70, no milagre brasileiro, com o objetivo de agradar o mercado internacional. Não há razões para agirmos segundo padrões importados pré-estabelecidos", conclui.

No elenco do filme estão

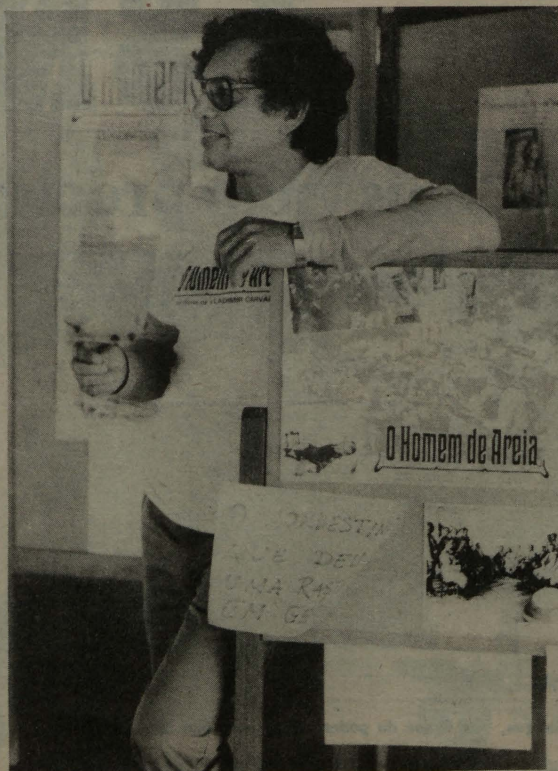
Paulo José, como personagem central, Zaira Zambeli, Roberto Bonfim, além de atores de Brasília e Goiânia.

GRAMADO

O filme de Geraldo foi levado ao Festival de Gramado de 1983, onde não foi selecionado pela crítica, juntamente com outras produções. Como os diretores desses filmes julgaram os critérios de seleção do festival absurdos, partiram para a realização do I Festival de Cinema do Rio de Janeiro. Inicialmente organizado como uma forma de protesto ao Festival de Gramado, o Festival do Rio de Janeiro assumiu outra dimensão, acha Geraldo. Ele teria encarnado a primeira mobilização de pessoas que realizam filmes no Brasil, no sentido de produzir uma mostra de cinema nacional, uma vez que não houve pré-seleção para a exibição dos filmes.

Geraldo acredita na realização de festivais semelhantes ao do Rio, "que representam mais um canal de comunicação entre os filmes e o público em geral", afirma.

A *Dificil Viagem de Evandro de Souza* foi o primeiro filme apresentado no Festival do Rio de Janeiro e obteve ótima aceitação, tanto por parte do público como da crítica que lhe conferiu os principais prêmios do festival. A batalha de Geraldo, agora, é tentar colocar seu filme em exibição no menor espaço de tempo, o que ele espera conseguir até no máximo o próximo mês de junho. (Idelson Santos)



O Homem de Areia: o retrato político de uma época explosiva

Veja uma lição de história

Depois de cinco anos de pesquisa, fazendo entrevistas, recortando jornais e visitando museus, o cineasta Vladimir Carvalho está apresentando seu segundo longa-metragem, "O Homem de Areia". Esse trabalho vinha sendo esperado ansiosamente pelos intelectuais e pela crítica, já que Vladimir é tido como o mais importante documentarista brasileiro, premiado em curta-metragens, com quatro troféus "Humberto Mauro", um "Coruja de Ouro" e uma "Margarida de Prata". Com "País de São Saruê", seu primeiro longa-metragem, o cineasta enfrentou várias barreiras para que o filme chegasse ao público. Apreendido pela censura em 1971, o filme só pode ser visto oito anos mais tarde.

Em 1979, finalmente liberado, "O País de São Saruê" recebeu o Prêmio Especial do Juri no Festival de Brasília, e, em 1980, o da Federação de Cine-Clubes do Rio de Janeiro.

JOSE AMERICO

No filme "O Homem de Areia", Vladimir retrata uma época da política nordestina que vai da revolução de 30 até o assassinato de Vargas em 1950, utilizando-se de depoimentos de José Américo de Almeida, um homem que viveu esse período de efervescência política, tendo trabalhado junto ao governo de João Pessoa como secretário de Estado e posteriormente liderado, juntamente com Juarez Távora, a revolução na Paraíba quando assumiu a chefia de Estado. (Leda Prestes)

A doença como questão social agora em livro

Lançado este mês pela Editora Achiamé, o livro *Contra o monopólio da saúde*, de Volnei Garrafa, é uma coletânea de artigos publicados no *Jornal de Brasília*, que tratam a saúde não apenas como um problema médico, mas também como uma questão social e econômica, tudo isso muito bem ilustrado pelas bem-humoradas charges do cartunista Gou-Gou.

"As análises que se tem feito em relação a causa das doenças, as colocam como consequência da atuação de agentes exclusivamente biológicos. Por exemplo: a doença de Chagas é causada pela ação do *Trypanosoma Cruzii*. Ora, isto é uma meia-verdade, pois sabe-se que o *Trypanosoma*, popularmente conhecido como barbeiro, só se prolifera em áreas miseráveis. Isto vem provar que, no fundo, a essência causadora da doença é social e econômica, consequência de uma política de saúde fraca".

TECNOLOGIA E FOME

A justificativa dessa afirmação do professor Volnei vai ser encontrada no interior do próprio livro, ao colocar que a "nossa medicina está entre as mais modernas do mundo e, no entanto, ainda se morre de desnutrição, uma vez que apenas 32% da população pode ser considerada como bem alimentada. As doenças de origem econômica, como a fome, doença de Chagas e esquistossomose desafiam, impunes, toda esta sofisticada tecnologia médica".

O que vai determinar a possibilidade de as pessoas estarem ou não doentes, segundo Garrafa "não é a quantidade de médicos, os hospitais sofisticadamente equipados, os mais fantásticos transplantes e sim, a diminuição do preço do leite, o subsídio ao trigo, os salários mais justos, os turnos de trabalho mais humanos, os salários mais compatíveis, transporte, moradia, água e uma série de outros fatores básicos".

Esta é a idéia básica desenvolvida ao longo das 143 páginas do livro, que tem o prefácio escrito por Eduardo Kautz.

OAUTOR

Formado em Odontologia pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Volnei Garrafa, fez seu doutorado na Universidade do Estado de São Paulo, em 1974. Está na Universidade de Brasília há 10 anos, onde dirige o laboratório de Morfologia e Morfogênese Animal, do Departamento de Biologia de Animal. Foi presidente da ADUnB de 1981 a 1982. Tem mais de 60 trabalhos editados e mais um livro escrito: *Câncer Bucal*. Além de professor, Volnei é consultor da Organização Mundial de Saúde. (Cristina Gutemberg).

Agenda

CINEMA

O Homem de Areia — De Vladimir Carvalho. O filme coloca as confissões de José Américo (autor de *A Bagaceira*), cinquenta anos depois da revolução de 1930. Em cartaz no Cinema I.

O Cinema Brasileiro em Debate — Arnaldo Jabor, Antônio Carlos Fontoura, Ana Carolina, Hector Babenco e Júlio Bressane são os cineastas que estarão, a partir do dia 25 de abril, realizando uma série de debates que tem como tema principal as perspectivas do cinema nacional. Os debates vão do dia 25 de abril até o dia 29, sempre às 20 horas, no auditório da Cultura Inglesa. Todos os dias, antes dos debates, o cineasta em questão exibirá uma mostra de seu trabalho:

Dia 25.04 — Rio Capital Mundial do Cinema (curta) e Tudo Bem (Longa metragem) de Arnaldo Jabor.

Dia 26.04 — Ver e Ouvir (curta) e Copacabana me enganava (longa) de Antônio Carlos Fontoura.

Dia 27.04 — Museu de Arte de São Paulo (curta) e Pixote (longa) de Hector Babenco.

Dia 28.04 — Bethânia bem de perto (curta) e O anjo nasceu de Júlio Bressane.

29.04 — Pantanal (curta) e Mar de rosas, longa metragem de Ana Carolina.

GALERIAS

Os 80 Anos da Souza Cruz: As Marcas do Nosso Tempo — As influências, costumes e modas do Brasil, de 1903 até hoje, através das expressões visuais e artísticas dos maços

de cigarros. Na ECT Galeria de Artes, até 22 de abril.

A Arte na História do 21 de Abril — Quadros da pinacoteca da Caixa Econômica Nacional sobre a Inconfidência. Até 30 de abril, no Conjunto Cultural da Caixa.

A Construção de Brasília: Memória? Produção Cultural e Participação — Até 20 de maio, no Memorial JK.

IV Moitara — Mostra de artesanato indígena nas Galerias do Torres e 1º andar do Anexo do Teatro Nacional, até o dia 24.

Exposição de Tapeçarias, Esculturas, Tecidos de Alta Decoração — Trabalhos de Concessa Colaço, Lucy Mendes Bloch, Deusina Arcovverde e Ennio Tiano, no Foyer do Teatro Nacional.

Anna Maria Andres — Pinturas. Exposição na Oscar Seraphico Galeria de Artes, até o dia 4 de maio.

EXPOSIÇÃO

A Agil Fotojornalismo e o bar "Amigos" estão promovendo uma exposição fotográfica cujo tema é a Mulher. A exposição contará com o trabalho de fotografos da Agil e ficará aberta ao público até o dia 28 de abril, no Bar "Amigos", 105 Norte.

TEATRO

Dona Barbara — De Reynaldo Domingos Ferreira, com Dora Wainer, Ademir Miranda, Graciliano Rodrigues, José Carlos Dias, Arlete Bernardo, Célia Santos e Valdete Costa. Até o dia 24 de abril, sempre às 21 horas, no Teatro da Escola Parque.

Besame Mucho — De Mário Prata. Direção de Hugo Rodas. No Teatro Galpão a partir do dia 21, sempre às 21 horas.

Ponto de Partida — De Gienfrancesco Guarnieri, dirigida por Chico Expedito. Na Sala Martins Penna, de 28 de abril a 1º de maio, sempre às 21 horas.

MUSICA

Mês do Rock na ABO — Shows na sexta-feira, sábado e domingo, até 1º de maio, no Teatro da ABO (Av. L2 Sul, Quadra 616). Apresentar-se-ão os grupos: "Banda 69", "Plebe Rude", "Capital Inicial", "Legião Urbana" e "XXX" (antigo Blitz).

Ney Matogrosso — Dia 21, às 19 horas, no Parque Rogério Pithon Farias

Biodigestor transforma lixo em energia

Em 1981 um grupo de alunos do Departamento de Agronomia, interessado em desenvolver a pesquisa científica em sua própria área e a busca de novidades num momento de crise, idealizou a adaptação e construção, em Água Limpa, de um aparelho já usado na Índia e depois na China por pequenos produtores rurais para se conseguir a energia doméstica com baixo custo. Esse aparelho é o biodigestor, que alimenta geladeiras, fogões e motores em geral, através da elaboração química de matéria orgânica. Além disso a massa resultante se constitui num biofertilizante de alta qualidade e custo reduzido. Em Brasília, segundo dados levantados pela Embrapa, existe um total de 20 biodigestores em uso. O protótipo chinês encontra-se na Granja do Torto.

FUNCIONAMENTO

O professor Eichy Kato, graduado pela própria UNB, é o atual administrador de Água Limpa e o co-responsável, junto com novos alunos do Departamento, pela continuação e coordenação dos trabalhos de pesquisa do aparelho. Ele mostrou, no próprio local, o funcionamento e a utilidade do biodigestor.

É uma máquina simples, de uso milenar. No Brasil, o modelo chinês, em alvenaria, é o mais usado com um custo mais barato, ao contrário do indiano, construído com chapas de aço. Segundo José Manuel Cabral, coordenador da área de transformação e utilização da energia, na Embrapa, 1.500 biodigestores estão instalados no Brasil, alguns com uso industrial, como em frigoríficos por exemplo. Sua característica física principal é a divisão em três partes: uma de entrada — para a carga — da matéria orgânica; um depósito central para armazenamento e fermentação dos dejetos com a consequente produção do gás, e uma de saída para o biofertilizante. Da parte central o gás vai diretamente para o consumo através de válvulas e encanamentos entre local de instalação do aparelho e o prédio em que o produto vai ser utilizado. No terminal há ainda um ma-

nômetro para medição da pressão do gás.

MANUTENÇÃO

A manutenção do biodigestor, para evitar o depósito de areia e pedras ou qualquer outro elemento estranho assimilado ao esterco, obedece a um processo simples de limpeza. Colocando-se 1/3 de matéria orgânica, diluída em 2/3 de água, totalizando 20 litros na proporção de 2 para 1. Essa matéria orgânica é pré-fermentada, aproveitando-se a energia solar, evitando-se ao depositá-la no aparelho, um choque térmico, o que causaria a morte das bactérias, que são em última análise as fabricantes do gás. A simplicidade no processo de manutenção não requer uma pessoa especializada para o trabalho, pelo menos quanto ao modelo menor sem sofisticação, de uso doméstico, como o de Água Limpa.

CAMPO E CIDADE

A maior importância do biodigestor no contexto de Água Limpa é didática, com opção de um aprofundamento na pesquisa científica a exemplo de projetos paralelos que são ali desenvolvidos. O biodigestor hoje é mais aplicado no meio rural substituindo o gás de cozinha, o diesel e a energia elétrica, além de produzir um biofertilizante de alta qualidade.

Quanto à sua utilização nos centros urbanos, havendo a produção do gás a nível industrial, existe a possibilidade do seu engarrafamento e venda com duas vantagens sobre o gás de cozinha: é mais barato, pois não é derivado do petróleo e a sua fonte a matéria orgânica é renovável. Não se deve esquecer ainda que o resíduo é um adubo de alta qualidade, podendo substituir os adubos químicos que hoje representam um peso considerável na economia agrícola.

A produção diária de gás de um biodigestor de 7,60m³, como o de Água Limpa é de 3m³, considerada limitada para o consumo de uma família de 4 a 5 pessoas. Não se conseguiu apurar o custo de instalação do biodigestor de Água Limpa, mas um aparelho de 10m³ custa de 400 a 500 mil cruzeiros. (Luiz Roberto Nader e Sheila Perru)



O biodigestor da Fazenda Água Limpa já está produzindo gás e fertilizante orgânico

Alunos é que fazem a pesquisa

Em 1980, o Departamento de Engenharia Agrônoma recebeu os calouros do 1º semestre em um clima de renovação. Os dirigentes do Centro Acadêmico, ao lado de alguns colegas mais ativos, trabalhavam no sentido de modificar um quadro que tanto tinha de antigo quanto de insustentável: enquanto a Fazenda Água Limpa permanecia área de cerrado, o Departamento não oferecia disciplinas práticas. Incluir a fazenda na rotina acadêmica esbarrava em falta de verbas, falta de condução, de instalações e de professores. Enquanto isso, os projetos de pesquisa oferecidos, eram de concepção grandiosa e fora da realidade da fazenda e da Universidade.

Resolvidos a modificar este panorama, os alunos reunidos em assembleia, levantaram algumas sugestões. Seu primeiro objetivo em melhorar o nível didático e o segundo era produzir tecnologia adaptada a pequenas propriedades rurais. Na época, o biogás era o assunto do dia, objeto de grande divulgação como fonte alternativa de energia a baixo custo e de adubo livre de taxas de importação. Prometia ainda reduzir o volume dos detritos urbanos e a carga de dejetos atirados diariamente ao mar.

EXIGENCIA

Mas, aprovar é uma coisa, saltar a verba é outra. O CNPq exigia que um professor assumisse a responsabilidade pelo trabalho. Conquistar a adesão de alguém no Departamento foi mais uma etapa a cumprir. Finalmente um dos professores assumiu a responsabilidade diante do órgão financiador. E ele assumiu tão convictamente que em pouco tempo os alunos se viram excluídos. Houve total desencanto entre os objetivos dos alunos e as iniciativas do mestre, e o grupo original optou por afastar-se do projeto.

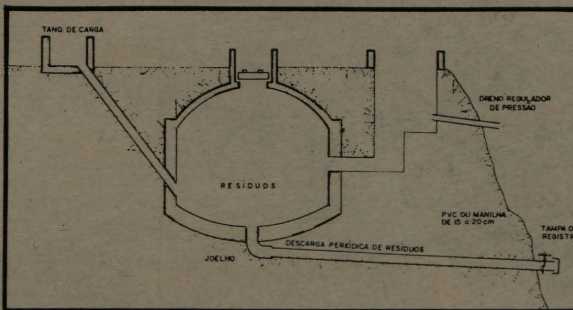
Ao fim de sete meses, o CNPq solicitou a prestação de contas. Em termos de pesquisas, não havia muito a apresentar. Os alunos — os principais envolvidos — estavam de fora. O CNPq lavou as mãos e o

professor fez o mesmo. Pareciam diluídos a idéia e o interesse. Mas havia um saldo positivo e bastante considerável: as instalações principais estavam construídas. Os alunos voltaram ao trabalho com o grupo reestruturado. Alguns dos pioneiros já haviam se formado e deixado a Universidade. Outros tomaram o seu lugar em um trabalho de rezevamento.

Segundo Antônio Pita, o Tonhão, representante do grupo este foi um momento importante e o 19 de junho de 1982 uma data festiva, que marca a retomada do projeto levado adiante através das mudanças na estrutura do Departamento e do próprio grupo. A fazenda mudou muito, tem condução suficiente e algumas instalações foram construídas. A Universidade de assumiu o patrocínio do projeto através do professor Eichy Kato, administrador da fazenda. Ele surge como o elemento estável, que está sempre por perto, embora seja o primeiro a confirmar o depoimento de Aida, aluna do departamento, para quem este trabalho é fruto do empenho e persistência dos alunos do Agro-Flor.

Agora, na volta às aulas, o grupo se reestrutura e formula perguntas que serão respondidas durante o semestre, com a observação e análise do comportamento do sistema. Quando o Campus visitou a fazenda, encontrou o gás em formação e 200 litros do biofertilizante prontos para serem aplicados nos canteiros da horta. (Sheila Perru)

O modelo chinês é o mais difundido. E de baixo custo: menos de 500 mil.



O que é a Fazenda Água Limpa

A fazenda Água Limpa, unidade de ensino e pesquisa agropecuária, da Universidade de Brasília, está situada a 30 quilômetros do Campus, próximo ao núcleo rural de Vargem Bonita, na direção das mansões Park Way. Ocupa uma área de 4.180 hectares, dos quais mil e quinhentos não são escriturados, segundo o professor Eichy Kato. Na sua parte mais central encontram-se os três prédios destinados a administração, ensino e pesquisa

— inclusive ecológica — uma pequena unidade de meteorologia e mais quatro prédios para armazenamento da produção e depósito da maquinaria agrícola.

Neste setor encontra-se o biodigestor. Ao redor distribuem-se lavouras e culturas diversas, também com finalidade de aprendizado e criações de coelhos, ovelhas e uma de peixes, com seis tanques médios ocupados. Assim é Água Limpa. Para os alunos de Agronomia o seu centro de estudos. (Luiz Roberto Nader)

Vandalismo

Sabíamos - ou pelos menos imaginávamos - que os livros da biblioteca não eram bem tratados. O que não sabíamos ou imaginávamos era a que ponto a irresponsabilidade chegava. A exposição que ora se realiza na Biblioteca Central mostra a falta de educação, de consciência social daqueles que roubam ou mutilam os livros. Páginas arrancadas, páginas pichadas, capítulos inteiros perdidos. Horrível situação, quanta falta de vergonha. E dizer que tudo isso é feito por estudantes universitários. Certamente aparecerão justificativas. Alguns dirão até que a origem de tudo é a carência econômica. Tanto pior. Quando um não tem, assim procedendo o bárbaro acaba impedindo outros de terem. (A Redação)

